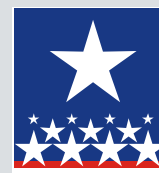




ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA



A Casa do Povo

ANO XXXVII - Nº 148 - SÃO LUÍS, TERÇA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 2009. EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS
113.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES	04	RESUMO DA ATA	21
ORDEM DO DIA	04	ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA	22
PAUTA	04	DESPACHO	23
SESSÃO ORDINÁRIA	05	RESENHA	24
PROJETO DE LEI	06	PARECER	25
PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA	06	COMUNICADO	27
REQUERIMENTO	07	AVISO DE LICITAÇÃO	27
INDICAÇÃO	09	SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI	28

MESA DIRETORA

Deputado Marcelo Tavares (PSB)

Presidente

- | | |
|---|--|
| 1.º Vice-Presidente: Deputado Camilo Figueiredo (PDT) | 1.º Secretário: Deputado Antônio Pereira (DEM) |
| 2.º Vice-Presidente: Deputado Hélio Soares (PP) | 2.º Secretário: Deputado Valdinar Barros (PT) |
| 3.º Vice-Presidente: Deputado Victor Mendes (PV) | 3.º Secretário: Deputado Stênio Rezende (PSDB) |
| 4.º Vice-Presidente: Deputado Rigo Teles (PSDB) | 4.º Secretário: Deputado Marcos Caldas (PT do B) |

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP
PSDB - PDT - PSB - PT - PTC - PSC - PSL - PHS - PPS - PRB - PCdoB

- | | |
|-------------------------------------|--|
| 1. Deputado Arnaldo Melo (PSDB) | 11. Deputada Graça Paz (PDT) |
| 2. Deputado Camilo Figueiredo (PDT) | 12. Deputada Helena Barros Heluy (PT) |
| 3. Deputado Carlos Braide (PDT) | 13. Deputado João Evangelista (PSDB) |
| 4. Deputado Chico Leitoa (PDT) | 14. Deputado Marcelo Tavares (PSB) |
| 5. Deputada Cleide Coutinho (PSB) | 15. Deputado Marcos Caldas (PRB) |
| 6. Deputado Domingos Paz (PSB) | 16. Deputado Nonato Aragão (PSL) |
| 7. Deputado Edivaldo Holanda (PTC) | 17. Deputado Pavão Filho (PDT) |
| 8. Deputada Eliziane Gama (PPS) | 18. Deputado Paulo Neto (PHS) |
| 9. Deputada Gardênia Castelo (PSDB) | 19. Deputado Penaldon Jorge (PSC) |
| 10. Deputada Graciete Lisboa (PSDB) | 20. Deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB) |
| | 21. Deputado Valdinar Barros (PT) |

Líder

Deputado Edivaldo Holanda

Vice-Líderes

Deputado Penaldon Jorge
Deputada Gardênia Castelo
Deputado Rubens Pereira Júnior

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD
DEM - PMDB - PP - PV - PTB

- | | |
|---|---|
| 1. Deputado Afonso Manoel (PMDB) | 12. Deputado João Batista (PP) |
| 2. Deputado Alberto Franco (PMDB) | 13. Deputado Joaquim Nagib Haickel (PMDB) |
| 3. Deputado Antônio Bacelar (PV) | 14. Deputado José Lima (PV) |
| 4. Deputado Antônio Pereira (DEM) | 15. Deputado Jura Filho (PMDB) |
| 5. Deputado Carlos Alberto Milhomem (DEM) | 16. Deputado Manoel Ribeiro (PTB) |
| 6. Deputado Carlos Filho (PV) | 17. Deputada Márcia Marinho (PMDB) |
| 7. Deputado Fábio Braga (PMDB) | 18. Deputado Rigo Teles (PV) |
| 8. Deputada Fátima Vieira (PP) | 19. Deputado Stênio Resende (PMDB) |
| 9. Deputado Francisco Gomes (DEM) | 20. Deputado Valdevino Cabral (PV) |
| 10. Deputado Hélio Soares (PP) | 21. Deputado Victor Mendes (PV) |
| 11. Deputada Janice Braide (PTB) | |

Líder

Deputado Carlos Alberto Milhomem

Vice-Líderes

Deputado Joaquim Nagib Haickel
Deputado Manoel Ribeiro
Deputado João Batista

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Deputado Francisco Gomes

Vice-Líderes

LICENCIADOS

Deputado Raimundo Cutrim
Deputado Ricardo Murad
Deputado César Pires
Deputado Fufuca Dantas
Deputado Roberto Costa
Deputado Max Barros



COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>	
Deputado Rubens Júnior - PRESIDENTE	Deputada Cleide Coutinho	REUNIÃO Terças-Feiras às 08:30h Glacimar Fernandes Sampaio Secretária
Deputado Edivaldo Holanda - VICE-PRESIDENTE	Deputado Penaldon Jorge	
Deputado Pavão Filho	Deputado Carlos Braide	
Deputado Carlos Alberto Milhomem	Deputado Jura Filho	
Deputado Joaquim Nagib Haickel	Deputado Francisco Gomes	

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>	
Deputada Cleide Coutinho - PRESIDENTE	Deputado José Lima	REUNIÃO Terças-Feiras às 08:00h Regina Maria de Paula Verde Secretária
Deputada Graça Paz - VICE-PRESIDENTE	Deputado Arnaldo Melo	
Deputado Carlos Braide	Deputado Valdevino Cabral	
Deputado Jura Filho	Deputado Joaquim Nagib Haickel	
Deputado Carlos Filho		

III - Comissão de Política Agrária, Produção e Desenvolvimento Sustentável

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>	
Deputado Francisco Gomes - PRESIDENTE	Deputado Carlos Braide	REUNIÃO Segundas-Feiras às 15:00h Valdenise Fernandes Dias Secretária
Deputado João Batista - VICE-PRESIDENTE	Deputado Jura Filho	
Deputado Edivaldo Holanda	Deputado Carlos Filho	
Deputado José Lima		
Deputado Paulo Neto		

IV - Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>	
Deputado Pavão Filho - PRESIDENTE	Deputado Alberto Franco	REUNIÃO Quintas-Feiras às 08:30h Maria das Dores Pinto Magalhães Secretária
Deputada Gardênia Castelo - VICE-PRESIDENTE	Deputado Antonio Bacelar	
Deputado José Lima	Deputado Afonso Manoel	
Deputado Fábio Braga	Deputado Joaquim Nagib Haickel	
Deputado Manoel Ribeiro	Deputado Valdevino Cabral	

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>	
Deputado Antônio Bacelar - PRESIDENTE	Deputado Penaldon Jorge	REUNIÃO Terças-Feiras às 08:00h Lucimar Ribeiro de Melo Secretária
Deputada Gardênia Castelo - VICE-PRESIDENTE		
Deputado João Batista	Deputada Helena Barros Heluy	
Deputado Manoel Ribeiro	Deputado Carlos Alberto Milhomem	

VI - Comissão de Saúde

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>	
Deputado Arnaldo Melo - PRESIDENTE	Deputado Afonso Manoel	REUNIÃO Quartas-Feiras às 08:30h Silva Teresa Nogueira Marques Secretária
Deputada Cleide Coutinho - VICE-PRESIDENTE	Deputada Gardênia Castelo	
Deputado João Evangelista	Deputado Alberto Franco	
Deputada Fátima Vieira	Deputada Janice Braide	
Deputada Márcia Marinho	Deputado Carlos Filho	

VII - Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>	
Deputado Carlos Filho - PRESIDENTE	Deputado Paulo Neto	REUNIÃO Quartas-Feiras às 08:00h Elizabeth Rocha Lisboa Ribeiro Secretária
Deputado Joaquim Nagib Haickel - VICE-PRESIDENTE	Deputado Alberto Franco	
Deputado Carlos Braide	Deputado Antonio Bacelar	
Deputado Penaldon Jorge	Deputada Fátima Vieira	
Deputado José Lima	Deputada Janice Braide	

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>	
Deputado Nonato Aragão - PRESIDENTE	Deputada Cleide Coutinho	REUNIÃO Quintas-Feiras às 08:30h Silvana Roberta Almeida Secretária
Deputada Fátima Vieira - VICE-PRESIDENTE	Deputada Eliziane Gama	
Deputado Joaquim Nagib Haickel	Deputado Carlos Filho	
Deputada Graça Paz	Deputado Jura Filho	
Deputado Alberto Franco		

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>	
Deputada Eliziane Gama - PRESIDENTE	Deputada Gardênia Castelo	REUNIÃO Quintas-Feiras às 08:30h Leilemar Vieira Ribeiro Secretária
Deputada Helena Barros Heluy - VICE-PRESIDENTE	Deputada Graciete Lisboa	
Deputada Fátima Vieira	Deputada Graça Paz	
Deputado João Batista	Deputado Jura Filho	
	Deputado Francisco Gomes	

**X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação**Titulares

Deputada Fátima Vieira - PRESIDENTE
 Deputado Nonato Aragão - VICE-PRESIDENTE
 Deputado Afonso Manoel
 Deputado Valdevino Cabral
 Deputado Carlos Braide

Suplentes

Deputado Antonio Bacelar
 Deputado Arnaldo Melo
 Deputado João Evangelista
 Deputado Jura Filho
 Deputado Fábio Braga

REUNIÃO
 Terças-Feiras às 08:30h
 Dulcimar Cutrim Fonseca
 Secretária

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas e EnergiaTitulares

Deputado Alberto Franco - PRESIDENTE
 Deputado Antônio Bacelar - VICE-PRESIDENTE
 Deputado Penaldon Jorge
 Deputado Jura Filho
 Deputado Joaquim Nagib Haickel

Suplentes

Deputado Rubens Júnior
 Deputada Cleide Coutinho
 Deputada Janice Braide
 Deputado Francisco Gomes

REUNIÃO
 Terças-Feiras às 08:30h
 Eunes Maria Borges Santos
 Secretária

XII - Comissão de ÉticaTitulares

Deputado Pavão Filho - PRESIDENTE
 Deputado José Lima - VICE-PRESIDENTE
 Deputado Carlos Alberto Milhomem
 Deputado Francisco Gomes

Suplentes

Deputada Graça Paz
 Deputado Penaldon Jorge
 Deputado Arnaldo Melo
 Deputado Joaquim Nagib Haickel
 Deputada Márcia Marinho

REUNIÃO
 Quartas-Feiras às 08:30h
 Célia Pimentel
 Secretária

XIII - Comissão de Economia, Indústria, Comércio e TurismoTitulares

Deputado Joaquim Nagib Haickel - PRESIDENTE
 Deputado João Evangelista
 Deputado Afonso Manoel
 Deputado Manoel Ribeiro

Suplentes

Deputada Graciete Lisboa
 Deputado Pavão Filho
 Deputado Carlos Alberto Milhomem
 Deputada Janice Braide

REUNIÃO
 Quintas-Feiras às 08:30h
 Lúcia Maria Oliveira Furtado
 Secretária

XIV - Comissão de Legislação ParticipativaTitulares

Deputado Penaldon Jorge - PRESIDENTE
 Deputado Antonio Bacelar
 Deputado Manoel Ribeiro
 Deputado Carlos Filho

Suplentes

Deputado João Evangelista
 Deputado Paulo Neto
 Deputado Rubens Júnior
 Deputado Valdevino Cabral
 Deputado Fábio Braga

REUNIÃO
 Quintas-Feiras às 08:30h
 Vera Lúcia Teixeira e Sousa
 Secretária

XV - Comissão de Previdência, Assistência Social e da FamíliaTitulares

Deputada Graça Paz - PRESIDENTE
 Deputada Graciete Lisboa - VICE-PRESIDENTE
 Deputada Janice Braide
 Deputado Valdevino Cabral

Suplentes

Deputado José Lima
 Deputado Afonso Manoel
 Deputada Eliziane Gama
 Deputado João Batista
 Deputado Carlos Filho

REUNIÃO
 Quartas-Feiras às 08:30h
 Leibe Prazeres Barros
 Secretária

XVI - Comissão de Segurança Pública e CidadaniaTitulares

Deputado João Batista - PRESIDENTE
 Deputado Francisco Gomes - VICE-PRESIDENTE
 Deputada Helena Barros Heluy
 Deputado Nonato Aragão
 Deputado Chico Leitao

Suplentes

Deputado José Lima
 Deputado Rubens Júnior
 Deputado Carlos Braide
 Deputado Carlos Alberto Milhomem
 Deputada Fátima Vieira

REUNIÃO
 Quartas-Feiras às 08:30h
 Iranise Lemos de Castro
 Secretária

XVII - Comissão da Infância, Juventude e IdosoTitulares

Deputada Eliziane Gama - PRESIDENTE
 Deputado Rubens Pereira Jr. - VICE-PRESIDENTE
 Deputado Afonso Manoel
 Deputada Márcia Marinho
 Deputada Janice Braide

Suplentes

Deputada Helena Barros Heluy
 Deputado João Evangelista
 Deputado Pavão Filho
 Deputado Manoel Ribeiro
 Deputado João Batista

REUNIÃO
 Quartas-Feiras às 08:30h
 Maria Helena Bandeira de Melo Tribuzi
 Secretária

XVIII - Comissão de Defesa dos Direitos da MulherTitulares

Deputada Graciete Lisboa - PRESIDENTE
 Deputada Eliziane Gama - VICE-PRESIDENTE
 Deputada Helena Barros Heluy
 Deputado Carlos Alberto Milhomem
 Deputada Fátima Vieira

Suplentes

Deputado Pavão Filho
 Deputada Graça Paz
 Deputado Francisco Gomes
 Deputada Janice Braide

REUNIÃO
 Quartas-Feiras às 08:30h
 Antonia Andrade
 Secretária



SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20/10/2009 - 3ª FEIRA

GRANDE EXPEDIENTE

1.º ORADOR (A) - 30 MINUTOS

TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

1. BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 23 MINUTOS
2. BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 37 MINUTOS

ORDEM DO DIA

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20.10.2009 – TERÇA-FEIRA

I – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL
EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO,
1º TURNO – VOTAÇÃO NOMINAL

1. PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 009/2007, DE AUTORIA DOS DEPUTADOS JOAQUIM NAGIB HAICKEL, FRANCISCO GOMES, RUBENS PEREIRA JUNIOR, MARCELO TAVARES, PEDRO VELOSO, PENALDON JORGE E VÍCTOR MENDES, QUE ACRESANTA DISPOSITIVOS À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO. COM PARECER FAVORÁVEL OFERECIDO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, ACATANDO INTEGRALMENTE A EMENDA Nº 006 E PARCIALMENTE AS EMENDAS NºS 005 E 007. RELATOR SENHOR DEPUTADO RUBENS PEREIRA JUNIOR. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL QUALIFICADO.

II – PROJETO DE LEI EM 2ª DISCUSSÃO
EM VOTAÇÃO – REGIME DE PRIORIDADE

1. PROJETO DE LEI Nº 059/09, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, CAPEADO PELA MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 028/09, QUE DISPÕE SOBRE A SEGUNDA REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008/2011, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 8.733, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, ACATANDO EMENDA OFERECIDA PELO EXECUTIVO NOS ANEXOS I E II DO REFERIDO PROJETO - RELATORA DEPUTADA GRACIAPAZ.

III – PROJETOS DE LEI EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
1º E 2º TURNOS – REGIME DE URGÊNCIA

1. PROJETO DE LEI Nº 170/2009, DE AUTORIA DO DEPUTADO AFONSO MANOEL, QUE DENOMINA A UNIDADE ESCOLAR 29 DE OUTUBRO, DO MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE, ESCOLA ESTADUAL CLEONICE ROCHA LIMA RODRIGUES. DEPENDE DE PARECERE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 15.10.2009, ASSIM COMO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

2. PROJETO DE LEI Nº 181/2009, ENCAMINHADO PELA MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 072/2009, QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO NOME DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO ESTADO DO MARANHÃO - CAEMA. – DEPENDE DE PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA

15.10.2009, ASSIM COMO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

3. PROJETO DE LEI Nº 184/2009, DE AUTORIA DA DEPUTADA CLEIDE COUTINHO, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INFORMAÇÃO, PELA DIREÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL, DO EXCESSO DE FALTAS DE ALUNOS, NA FORMA QUE ESPECIFICA. DEPENDE DE PARECERES DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL; COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

IV - REQUERIMENTOS À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

1. REQUERIMENTO Nº 335/2009, DE AUTORIA DO DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA, QUE REQUER DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA CONSIGNADO NOS ANAIS DA CASA, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES AOS PROFESSORES MARANHENSES PELA PASSAGEM DO DIA DO PROFESSOR QUE SE COMEMORA NO DIA 15 DE OUTUBRO, BEM COMO COMUNICADO A CONSIGNAÇÃO DOS VOTOS DE CONGRATULAÇÕES AOS PROFESSORES MARANHENSES ATRAVÉS DO SINTERP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL DO MARANHÃO; E DO SINDEEDUCAÇÃO – SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

2. REQUERIMENTO Nº 336/2009, DE AUTORIA DO DEPUTADO PAVÃO FILHO, QUE REQUER DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA CONSTITUÍDA UMA COMISSÃO ESPECIAL, COMPOSTA DE 03 (TRÊS) MEMBROS, COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR A REGULAMENTAÇÃO DO § 4º DO ARTIGO 18 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE TRATA DA FUSÃO, INCORPORAÇÃO, DESMEMBRAMENTO E CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS, BEM COMO, DE ACOMPANHAR A INTERPOSIÇÃO E TRAMITAÇÃO DE MANDATO DE INJUNÇÃO, CONFORME REQUERIMENTO Nº 333/09, APROVADO PELA MESA DIRETORA DESTA PARLAMENTO, JUNTO AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, OBJETIVANDO A OBTENÇÃO DE TUTELA ANTECIPADA A ESTA CASA, PARA QUE O PARLAMENTO MARANHENSE POSSA LEGISLAR SOBRE ESSE ASSUNTO NA FORMA DO QUE DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 15 DE 1992, ENQUANTO NÃO HÁ DISCIPLINAMENTO DA REFERIDA MATÉRIA.

3. REQUERIMENTO Nº 337/2009, DE AUTORIA DO DEPUTADO ALBERTO FRANCO, QUE REQUER DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO PARABENIZANDO OS MILITARES DO 24º BATALHÃO DE CAÇADORES – BATALHÃO BARÃO DE CAXIAS, QUE FIZERAM PARTE DO 10º CONTINGENTE DA FORÇA DE PAZ NO HAITI, EM NOME DO EXMO. SENHOR TENENTE CORONEL CARLOS HENRIQUE GUEDES, PELO EXCELENTE TRABALHO DESENVOLVIDO DURANTE A MISSÃO MILITAR DE PAZ DA ONU PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI – MINUSTAH, COMANDADA PELO EXÉRCITO BRASILEIRO.

4. REQUERIMENTO Nº 338/2009, DE AUTORIA DO DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA, QUE REQUER DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA CONSIGNADO NOS ANAIS DESTA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA UM VOTO DE PROFUNDO PESAR PELO FALECIMENTO DO JORNALISTA E RADIALISTA **LEONOR FILHO, OCORRIDO, DIA 12 DO CORRENTE, SEGUNDA-FEIRA, NESTA CAPITAL, REQUEIRO AINDA, QUE**



SEJA ENCAMINHADA DE CONDOLENCIAS A SUA ESPOSA, FILHOS E DEMAIS FAMILIARES.

5. REQUERIMENTO Nº 341/2009, DE AUTORIA DO DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM, QUE REQUER DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA DISCUTIDO E VOTADO EM REGIME DE URGÊNCIA EM UMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE LOGO APÓS A PRESENTE SESSÃO, O PROJETO DE LEI Nº 203/2009, (MENSAGEM Nº 08/2009) DE AUTORIA DO PODER JUDICIÁRIO, QUE ALTERA A REDAÇÃO DO CÓDIGO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIOS DO ESTADO DO MARANHÃO (LEI COMPLEMENTAR Nº 14/1991) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

V - REQUERIMENTOS À DELIBERAÇÃO DA MESA

1. REQUERIMENTO Nº 339/2009, DE AUTORIA DO DEPUTADO PAVÃO FILHO, QUE REQUER APÓS OUVIDA A MESA, SEJAM CONVIDADOS PARA A SESSÃO ESPECIAL, MARCADA PARA O DIA 21 DE OUTUBRO DE 2009 ÀS 11:00 HORAS, NO PLENÁRIO DESTES PARLAMENTO, PARA DISCUTIR SOBRE A “OPERAÇÃO MANZUÁ”, COMPLEMENTANDO LISTA DE CONVIDADOS FEITA ANTERIORMENTE PARA REFERIDA SESSÃO, O JUIZ DA 7ª VARA CRIMINAL, DR. JOSÉ LUIZ SIQUEIRA; O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE SÃO LUÍS, SR. JOSÉ RIBAMAR BARBOSA OLIVEIRA FILHO; O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE URBANISMO E HABITAÇÃO, SR. DOMINGOS JOSÉ SOARES BRITO; O SUPERINTENDENTE DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA DO MUNICÍPIO, SR. VITORINO REIS CASTRO; O SUPERINTENDENTE DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO, SR. HENRIQUE JORGE SANTOS E O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA COM CIDADANIA, SR. LUIZ CARLOS MAGALHÃES.

2. REQUERIMENTO Nº 340/2009, DE AUTORIA DO DEPUTADO RUBENS PEREIRA JUNIOR, QUE REQUER DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA SOLICITADO AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, QUE ENCAMINHE A ESTA ASSEMBLÉIA, AS INFORMAÇÕES REFERENTES AO CONSELHO SUPERIOR DO FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA – CONSUP.

PAUTA DE PROPOSTA PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:

DATA: 20/10/09 - TERÇA-FEIRA:

ORDINÁRIA 1ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 204/09, de autoria do Senhor Deputado Rubens Pereira Junior, que obriga os fornecedores de bens e serviços localizados no Estado do Maranhão a fixar data e turno para a entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores, e dá outras providências.

2. PROJETO DE LEI Nº 205/09, de autoria do Senhor Deputado Pavão Filho, que considera de Utilidade Pública, o Grupo Folclórico Lirio do Sertão – GFLS, com sede e foro em São Luis-MA.

3. PROJETO DE LEI Nº 206/09, de autoria da Senhora Deputada Graça Paz, que considera de Utilidade Pública, o Instituto Educacional e Cultural Cantinho do Saber.

4. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 019/09, de autoria da Senhora deputada Helena Barros Heluy, que concede o Título de Cidadão Maranhense ao advogado José Guilherme Carvalho Zagallo.

PRIORIDADE 2ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 203/09, de autoria do Poder Judiciário, enviado pela Mensagem nº 08/09, que altera a redação do Código de Divisão e Organização Judiciários do Estado do Maranhão (Lei Complementar nº 14/1991) e dá outras providências.

ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 202/09, de autoria do Senhor Deputado Rubens Pereira Junior, que considera de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Matões, com sede e foro em Matões-MA.

ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 199/09, de autoria do Senhor Deputado Marcos Caldas, que dispõe sobre a concessão de cartão especial de estacionamento, expedido pelo Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Maranhão – DETRAN/MA, às pessoas portadoras de deficiência e maiores de 60(sessenta) anos, proprietários ou não de veículos, a ser utilizado nos estabelecimentos: públicos e privados do estado do Maranhão e dá outras providências.

2. PROJETO DE LEI Nº 200/09, de autoria do Senhor Deputado Stênio Rezende, que considera de Utilidade Pública, a Liga Municipal de Futebol de Nina Rodrigues – LMFNR, com sede e foro em Nina Rodrigues-MA.

3. PROJETO DE LEI Nº 201/09, de autoria do Senhor Deputado Carlos Braide, que considera de Utilidade Pública, a Associação Anajutubense-Anajá, com sede e foro em Anajatuba-MA.

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 19.10.09.

Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em dezoito de outubro do ano dois mil e nove.

Presidente Senhor Deputado Marcelo Tavares.

Primeiro Secretário, em exercício, Senhor Deputado Paulo Neto.

Segundo Secretário, em exercício, Senhor Deputado Marcos Caldas.

Às dezesseis horas, presentes os Senhores Deputados: Alberto Franco, Antônio Pereira, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Cleide Coutinho, Chico Leitoa, Edivaldo Holanda, Fábio Braga, Fátima Vieira, Francisco Gomes, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, João Batista, Marcelo Tavares, Marcos Caldas, Paulo Neto, Pavão Filho, Rubens Pereira Júnior e Stênio Rezende. Ausentes: Afonso Manoel, Antônio Carlos Bacelar, Arnaldo Melo, Camilo Figueiredo, Carlos Filho, Domingos Paz, Eliziane Gama, Gardênia Castelo, Graciete Lisboa, Graça Paz, Janice Braide, Joaquim Nagib Haickel, João Evangelista, José Lima, Jura Filho, Manoel Ribeiro, Márcia Marinho, Nonato Aragão, Penaldon Jorge, Rigo Teles, Valdevino Cabral, Valdinar Barros e Victor Mendes.

I – ABERTURA.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Convido os Deputados Marcos Caldas e Paulo Neto a comporem a Mesa.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Com a palavra, o Senhor Segundo Secretário que fará a leitura do texto bíblico e do resumo da Ata da Sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO DEPUTADO MARCOS CALDAS (lê texto bíblico e Ata) - Ata lida, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Ata lida e considerada aprovada.



O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Com a palavra, o Senhor Primeiro Secretário para fazer a leitura do Expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAULO NETO - (lê Expediente).

II – EXPEDIENTE.

PROJETO DE LEI Nº 204 / 09

Obriga os fornecedores de bens e serviços localizados no Estado do Maranhão a fixar data e turno para a entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores, e dá outras providências.

Art. 1º Ficam os fornecedores de bens e serviços localizados no Estado obrigados a fixar data e turno para realização dos serviços ou entrega dos produtos aos consumidores.

Art. 2º Os fornecedores de bens e serviços deverão estipular, no ato da contratação, o cumprimento das suas obrigações nos turnos da manhã, tarde e noite, em conformidade com os seguintes horários:

I – turno da manhã: compreende o período entre 7h00 e 12h00 (sete e doze horas);

II - turno da tarde: compreende o período entre 12h00 e 18h00 (doze e dezoito horas);

III - turno da noite: compreende o período entre 18h00 e 23h00 (dezoito e vinte e três horas);

Art. 3º O não cumprimento do disposto no artigo 1º implicará em penalidades ao fornecedor ou prestador de serviços na seguinte conformidade:

I – de R\$ 500,00 (quinhentos) a R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos), na primeira ocorrência;

II - de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de reincidência.

Parágrafo Único. Os valores constantes serão corrigidos monetariamente pelo INPC.

Art. 4º Os valores referentes às multas dispostos no artigo anterior serão repassados ao Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Deputado Nagib Haickel, em 15 de outubro de 2009. – Rubens Pereira Junior – Deputado Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 205 / 09

Considera de Utilidade Pública o GRUPO FOLCLÓRICO LÍRIO DO SERTÃO - GFLS.

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública o GRUPO FOLCLÓRICO LÍRIO DO SERTÃO - GFLS, fundado em 05 de fevereiro de 2007, com sede e foro em São Luís – Maranhão.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão” São Luís, 15 de outubro de 2009. - PAVÃO FILHO - Deputado Estadual - PDT

PROJETO DE LEI Nº. 206 / 09

CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO EDUCACIONAL E CULTURAL CANTINHO DO SABER.

Art. 1º - Fica Considerada de Utilidade Pública o Instituto Educacional e Cultural Cantinho do Saber.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PLENÁRIO “NAGIB HAICKEL” DO PALÁCIO “MANOEL BEQUIMÃO”, EM 13 DE OUTUBRO DE 2009. – GRAÇA PAZ - Deputada Estadual.

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 019 / 09

Concede o título de Cidadão Maranhense e dá outras providências.

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Maranhense ao advogado **José Guilherme Carvalho Zagallo**.

Art. 2º - Esta Resolução Legislativa entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Deputado “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 15 de outubro de 2009. - “Justiça pra toda vida” - HELENA BARROS HELUY - Deputada Estadual - PT

JUSTIFICATIVA

José Guilherme Carvalho Zagallo é paraense, filho de José Guilherme da Fonseca Zagallo e de Raimunda Carvalho Zagallo.

Cursou o ensino fundamental e médio em escolas públicas: Escola Estadual do 1º grau Des. Augusto Olímpio e Escola Técnica Federal do Pará. Ingressou, na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, em 1987, onde colou grau, em Direito, no ano de 1992.

Aos 18 anos, iniciou sua atividade profissional, como Técnico de Manutenção Eletrônica, na Companhia Vale do Rio Doce, no período de 1983 a 1992. A partir daí, a experiência profissional possibilitou sua ascensão ao cargo de assessor da Divisão de Comercialização da Estrada de Ferro Carajás, Companhia Vale do Rio Doce, de 1992 a 1994.

Advogado de renomado saber jurídico, o doutor Guilherme Zagallo atuou, como assessor jurídico de Sindicatos de Trabalhadores no Maranhão, de 1994 a 2009, dentre eles, a CUT/MA, Bancários, Ferroviários, Trabalhadores da ECT, Urbanitários, Servidores Públicos, Previdenciários, Professores da UEMA, Professores e Servidores da Universidade Federal do Maranhão.

Sua experiência profissional levou-o a participar de várias bancas examinadoras de Concurso Público, como para Provimento do Cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 16ª Região (2006/2007); Provimento de Cargo de Defensor Público do Estado do Maranhão (2009); Banca Examinadora de Exame de Ordem da OAB (2004/2005).

Como membro da OAB-MA, participou de Conferências e proferiu palestras em eventos promovidos pela Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Federal e Seccional do Maranhão, Câmara dos Deputados, Ministério Público Federal, Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Central Única dos Trabalhadores-Maranhão, Sindicato Nacional dos Docentes em Ensino Superior – ANDES, Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA, Fórum Social Mundial 2009, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Estadual do Maranhão, Arquidiocese de São Luís, GT Energia do Fórum Brasileiro de Movimentos e Organizações Sociais, dentre outros.

Doutor Guilherme Zagallo é um militante das causas sociais e pessoa de reconhecido compromisso, em toda a sua trajetória, desde as atividades sindicais e representativas de classe, associativas e em defesa da cidadania.

Assim, ainda estudante universitário, foi Diretor do Centro Acadêmico 1º de Maio, UFMA, 1989-2001. No período de 1999-2000, foi Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-MA, São Luís; Conselheiro Seccional e Presidente da Comissão de Orçamento e Contas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, 2004-2006. Membro da Comissão Nacional de Acesso à



Justiça do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, 2007/2008, e, atualmente, é o Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, para o biênio 2007/2009.

Foi Coordenador do Movimento Estadual de Combate à Corrupção Eleitoral e Administrativa, de 2006/2009; representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, no Conselho da Cidade de São Luís, 2006-2008 e 2008/2009, e, ainda, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, no Conselho Estadual das Cidades, 2008/2009.

Seu compromisso com o social, em nosso Estado, levou-o a ser indicado como representante do Conselho Estadual de Segurança Alimentar do Maranhão, no Comitê Gestor Estadual do Programa Luz para Todos, 2008/2009.

Estudioso das questões ambientais, esse advogado militante abraçou a luta contra a implantação do Pólo Siderúrgico, na Ilha de São Luís, dedicando-se ao estudo dos impactos ambientais que provocariam danos irreversíveis à vida da população desta Ilha. Incansável com essa causa, tornou-se o Coordenador do Movimento Reage São Luís, composto por 40 entidades da sociedade civil maranhense. Igualmente, por esse compromisso, foi Coordenador da Campanha Justiça nos Trilhos, que articula ações de entidades da sociedade civil para minimizar os impactos sócio-ambientais ao longo da Estrada de Ferro Carajás.

Doutor Guilherme Zagallo, como pessoa de mais alta confiabilidade e de conhecimentos científicos, integra o Conselho do Observatório Social de São Luís (2008/2009), o Conselho Diretor da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (2009), a Rede Brasileira de Justiça Ambiental e, por último, para orgulho do Maranhão e da sociedade civil, foi eleito Relator Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, escolhido pela Plataforma Dhesca Brasil, para o período 2009/2011, título que se equipara a um honroso prêmio pela sua dedicação em defesa da vida, do meio ambiente e defensor dos Direitos Humanos.

A escolha de seu nome para essa função de extrema relevância foi feita por um Conselho de Seleção, composto por órgãos públicos, como a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Câmara Federal, Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos e por agências da ONU, UNV e da Unesco. No exercício dessa nobre missão, doutor Guilherme Zagallo irá monitorar a situação dos Direitos Humanos no país, por meio de investigação de denúncias e da averiguação *in loco* de suas violações.

Agraciado com a Medalha Simão Estácio da Silva, título outorgado pela Câmara Municipal de São Luís, em 2006, doutor Guilherme Zagallo tornou-se Cidadão de São Luís, em 2008, pela sua cumplicidade com esta terra, com esta gente, com a sua cultura e qualidade de vida, confundindo quantos privam de sua convivência ou, apenas, o conhecem, a respeito da origem de seu estado natal, porque ele é um dos nossos, que sente os anseios e sabe transmitir os sonhos e as esperanças dos maranhenses.

O Maranhão, que teve o privilégio de ter entre seus filhos e filhas esse paraense de caráter íntegro e de vida dedicada ao bem-estar desta terra, como defensor dos Direitos Humanos, quer reconhecer toda a sua luta, adotando-o, como maranhense ilustre, razão por que pedimos aos nobres deputados e deputadas a aprovação deste Projeto de Resolução e a entrega deste honroso título, no dia 10 de dezembro próximo, quando celebraremos os 61 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em sessão solene, nesta Casa.

REQUERIMENTO Nº 336 / 09

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe o Regimento Interno deste Parlamento, requeiro a Vossa Excelência que, depois de ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão Especial, composta de 03 (três) membros, com o objetivo de acompanhar a regulamentação do § 4º do artigo 18 da Constituição Federal, que trata da fusão, incorporação, desmembramento e criação de Municípios, bem como, de acompanhar

a interposição e tramitação de Mandado de Injunção, conforme Requerimento n.º 333/09 aprovado pela Mesa Diretora deste Parlamento, junto ao Supremo Tribunal Federal, objetivando a obtenção de tutela antecipada a esta Casa, para que o Parlamento Maranhense possa legislar sobre esse assunto na forma do que dispõe a Lei Complementar Estadual n.º 15 de 1992, enquanto não há disciplinamento da referida matéria.

O § 4º do artigo 18 da Constituição Federal teve sua redação alterada através da Emenda Constitucional n.º 15/1996, estabelecendo que a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios serão regulamentados por Lei Complementar Federal, o que até hoje nunca aconteceu.

Cabe ressaltar, que apresentamos no dia 14/10/2009, Requerimento n.º 333/09 a este Parlamento, solicitando o ajuizamento do referido Mandado de Injunção, a exemplo do que fez a Assembleia Legislativa do Mato Grosso, no sentido de que seja regulamentado o § 4º do artigo 18 da Constituição Federal, atendendo uma decisão do Supremo Tribunal Federal proferida na ADIN 3682-3/600, que determinou o prazo de 18 meses para que o Congresso Nacional regulamentasse a criação, incorporação e desmembramento de Municípios, mas não se manifestou a respeito do assunto.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão” São Luís, 19 de outubro de 2009. - PAVÃO FILHO - Deputado Estadual - PDT - “A educação é o grito de liberdade de um povo”

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 20.10.09
EM: 19.10.09

REQUERIMENTO Nº 337 / 09

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a V. Exa. que, depois de ouvido e manifestado o Plenário, seja encaminhado ofício parabenizando **OS MILITARES DO 24º BATALHÃO DE CAÇADORES – BATALHÃO BARÃO DE CAXIAS, QUE FIZERAM PARTE DO 10º CONTINGENTE DA FORÇA DE PAZ NO HAITI, em nome do EXMO. SR. TENENTE – CORONEL CARLOS HENRIQUE GUEDES, pelo excelente trabalho desenvolvido durante a missão militar de paz da ONU para a estabilização do HAITI – MINUSTAH, comandada pelo Exército Brasileiro.**

O Conselho de Segurança das Nações Unidas ao autorizar o envio de força militar em missão de paz ao Haiti foi com o objetivo de garantir a estabilidade política daquele País, após a queda do Ex-Presidente Jean Bertrand Aristide. Os militares do Batalhão Barão de Caxias tiveram um papel importante nas ações cívico-sociais na capital Porto Príncipe, inclusive com apreensões de drogas e a captura do segundo bandido mais procurado do País.

Plenário “Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 15 de outubro de 2009. - ALBERTO FRANCO - DEPUTADO ESTADUAL PSDB - albertofranco@al.ma.gov.br - af@albertofranco.com.br – www.albertofranco.com.br

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 20.10.09
EM: 19.10.09

REQUERIMENTO Nº 338 / 09

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que depois de ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembleia Legislativa um voto de profundo pesar pelo falecimento do Jornalista



e Radialista **Leonor Filho**, ocorrido, dia 12 do corrente, segunda-feira, nesta Capital.

O Jornalista e Radialista **Joaquim da Silva Leonor Filho**, foi, nos últimos 50 anos, um dos grandes ícones da radiofonia maranhense. Iniciou sua carreira em 1956, com pouco mais de 15 anos de idade, na Radio Difusora do Maranhão tendo participado ativamente da ETA de era de ouro do rádio maranhense. De fato, Leonor Filho era um dos poucos sobreviventes desses áureos tempos. O primeiro programa de rádio que apresentou chamava-se “Musical Difusora”. Em seguida, foi um dos apresentadores do prestigiado “Correio do Interior” que cobria o estado inteiro e era considerado o maior, e em alguns casos, o único meio de comunicação do que dispunha o povo para se comunicar com o interior do estado.

Foi, também, **Leonor Filho**, um dos pioneiros da Televisão em nosso Estado, a TV Difusora. Era um dos noticiaristas e o principal apresentador dos Editoriais da emissora. Foi apresentador de programas que marcaram o início da TV, como “Bar de Melodias”, onde apresentou diversos cantores convidados, como Roberto Carlos, Elizeth Cardoso, Wanderléia e outros. Através desse programa, teve a oportunidade de lançar cantores que fizeram enorme sucesso pelo Brasil afora, como Alcione Nazaré e Claudio Fontana. Também atuou como ator, nos heróicos programas de teatro na TV.

Estagiou no Rio de Janeiro, na emissora que se iniciava e que veio a se tornar a maior rede de televisão da América Latina – a TV Globo. Foi no Rio que começou, também, sua carreira no jornalismo impresso, iniciando logo no conceituado Jornal do Brasil, cujo editor chefe, naquela época, era o poeta e jornalista maranhense Lago Burnett. De volta ao Maranhão, foi para o “jornal do Dia” que anos mais tarde se tornaria “O Estado do Maranhão”, jornal onde permaneceu até a sua morte, no dia 12.

A honestidade e a ética, foram o apanágio de sua vida. Foi, **Leonor Filho**, sem dúvida nenhuma, uma personalidade respeitada e admirada em nossa sociedade e que muito contribuiu, com o seu talento e seu amor pela profissão, para o desenvolvimento do Rádio e da Televisão no Maranhão. Por tudo isso, o falecimento do Radialista e jornalista **Leonor Filho** deixa enlutado todo o Maranhão, especialmente, a classe dos radialistas e dos jornalistas de quem foi um exemplo de decência, ética e honestidade.

Requeiro, ainda, que seja encaminhada mensagem de condolências à sua esposa, filhos e a demais familiares.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO em 15 outubro de 2009.-Edivaldo Holanda - Deputado Estadual - PTC

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 20.10.09
EM: 19.10.09

REQUERIMENTO Nº 339/09

Senhor Presidente,

Na forma regimental requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, **SEJAM CONVIDADOS** para a **SESSÃO ESPECIAL**, marcada para o **dia 21 de outubro de 2009 às 11:00 horas**, no Plenário deste Parlamento, para discutir sobre a “**OPERAÇÃO MANZUÁ**”, complementando lista de convidados feita anteriormente para referida Sessão, **O JUIZ DA 7ª VARA CRIMINAL, DR. JOSÉ LUIZ SIQUEIRA; O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE SÃO LUÍS, SR. JOSÉ RIBAMAR BARBOSA OLIVEIRA FILHO; O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE URBANISMO E HABITAÇÃO, SR. DOMINGOS JOSÉ SOARES BRITO; O SUPERINTENDENTE DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA DO MUNICÍPIO, SR. VITORINO REIS CASTRO; O SUPERINTENDENTE DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA DO ESTADO DO**

MARANHÃO, SR. HENRIQUE JORGE SANTOS E O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA COM CIDADANIA, SR. LUIZ CARLOS MAGALHÃES.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão” São Luís, 15 de outubro de 2009. - PAVÃO FILHO - Deputado Estadual – PDT

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 20.10.09
EM: 19.10.09

REQUERIMENTO Nº 340/09

Senhor Presidente,

Nos termos do que dispõe a Constituição Estadual (art.33, *caput* e § 2º) e o Regimento Interno deste Poder (art.151, VII e 153, *caput*), requeiro a V.Exa que, após deliberação da Mesa, esta no uso de suas atribuições legais, encaminhe o pedido de solicitação ao senhor Secretário de Estado de Administração e Previdência Social que encaminhe a esta Assembléia, as seguintes informações referentes ao **Conselho Superior do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria – CONSUP**:

1 – A Composição do Conselho Superior do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria – CONSUP;

2 – A última Ata de Posse dos Conselheiros do CONSUP;

3 – Qual o valor final da Indenização do terreno desafetado na Resolução CONSUP 001/2009 de 14 de setembro de 2009?

4 – Qual o prazo de pagamento do terreno desafetado na Resolução CONSUP 001/2009 de 14 de setembro de 2009?

5 – Qual a finalidade da desafetação do terreno determinado na Resolução CONSUP 001/2009 de 14 de setembro de 2009?

6 – Qual a destinação do valor da indenização do terreno determinado na Resolução CONSUP 001/2009 de 14 de setembro de 2009?

7 - Qual o instituto responsável pela avaliação do terreno determinado na Resolução CONSUP 001/2009 de 14 de setembro de 2009?

8 - Qual o critério de avaliação do terreno determinado na Resolução CONSUP 001/2009 de 14 de setembro de 2009?

9 – Qual o reajuste a ser aplicado no valor do terreno determinado na Resolução CONSUP 001/2009 de 14 de setembro de 2009, durante o seu pagamento até a quitação final?

10 - O Estatuo Conselho Superior do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria – CONSUP.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 15 de outubro de 2009. - RUBENS PEREIRA JUNIOR - Deputado Estadual

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 20.10.09
EM: 19.10.09

REQUERIMENTO Nº 341/09

Senhor Presidente:

Nos termos do que dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa e após manifestação do Plenário, requeiro a V. Exa. a votação, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 203 /09, de autoria do Poder Judiciário, que altera a redação do Código de Divisão e organização Judiciária do Estado do Maranhão, em uma Sessão Extraordinária a ser realizada logo após a presente Sessão.

Plenário Deputado “Nagib Haickel”, em 15 de setembro de 2009. - Deputado CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Líder do BPD



NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 20.10.09
EM: 19.10.09

INDICAÇÃO Nº 644 / 09

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe o Regimento Interno deste Parlamento, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Diretor Presidente da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão – CAEMA, o Senhor João, Moreira Lima, solicitando a **construção de um sistema para abastecimento de água no Residencial das Orquídeas, no Município de Paço do Lumiar (MA). Tal sistema deverá ser equipado com tudo o que for necessário para o seu regular funcionamento.**

No Brasil é alto o índice de mortalidade infantil, principalmente onde as pessoas não dispõem de água tratada, instalações hidráulicas e sanitárias. É evidente que, quanto menor o número de pessoas atendidas por serviços de água e esgoto, maior é o índice de mortes de crianças até os cinco anos de idade, assim como também é inversamente menor a expectativa de vida, ao nascer. Os sistemas de abastecimento de água são importantes alternativas para o problema da falta d'água que grande parte da população maranhense enfrenta.

O Residencial das Orquídeas faz parte de um núcleo residencial, composto dos Conjuntos Manaíra, Residencial Cordeiro e Loteamento Manaíra. A comunidade tem um sistema d'água, que foi adequado para atender uma parte dos conjuntos residenciais existentes à época. Com o crescimento da população e o surgimento de novos conjuntos habitacionais tal sistema se tornou precário, devido à sobrecarga ocasionada principalmente no Residencial das Orquídeas.

A situação dos habitantes do conjunto em epígrafe é de total necessidade e evidente desconforto. Têm que se deslocar até o conjunto habitacional mais próximo ou conviver com a constante falta de água, líquido tão precioso e imprescindível para qualquer ser vivo do planeta.

A construção de um sistema para abastecimento de água para a comunidade garantirá água potável para mais de mil pessoas. Não ficará restrito somente à questão de facilidade. Representará melhora significativa na saúde dos moradores da região. Por tais motivos, a referida população está contando com a realização desta obra tão solicitada e esperada.

Com vistas a atender as necessidades básicas da importante parcela da população do Residencial das Orquídeas no município de Paço do Lumiar, requeremos que o presente pleito seja acatado por V. Exa., a fim de que o Diretor Presidente da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão – CAEMA, o Senhor João, Moreira Lima, possa contribuir com a construção do referido sistema para abastecimento de água da comunidade em epígrafe.

Plenário “Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Bequimão”. São Luís, 15 de outubro de 2009. - Jura Filho - Deputado Estadual – PMDB

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 645/09

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe no Regimento Interno deste Parlamento, Requeiro a V. Ex.ª que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssima Senhora Governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney, solicitando, **em caráter de urgência**, providências no sentido de determinar o Secretário de Estado da Infra-Estrutura,

Deputado José Max Pereira Barros, a **CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA PONTE** sobre o rio Zutúua, no **MUNICÍPIO DE TUFILÂNDIA**, pois a ponte atual caiu e o acesso ao Município está sendo feito através das margens do rio Zitúua.

Solicitamos, ainda, a **RECUPERAÇÃO DA MA-319, medindo 28 km de extensão**, no mesmo trecho, indo até o povoado Entroncamento, considerando a importância dessa estrada para o escoamento da produção do setor primário e para a população desse Município, haja vista que funciona como principal corredor de acesso aos Municípios circunvizinhos e a Rodovia Federal BR 222.

Portanto, na qualidade de legítimo representante do Município de TUFILÂNDIA neste Parlamento, e atendendo permanente solicitação da Prefeita Marinalva Sobrinho, solicito a sua especial atenção ao pleito ora formulado, no sentido de determinar a **CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA PONTE SOBRE O RIO ZITÍUA E A RECUPERAÇÃO E ASFALTAMENTO DA MA-319**, incluindo-as no cronograma de obras, ainda para o exercício de 2009.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”. São Luís, 15 de outubro de 2009. - PAVÃO FILHO - Deputado Estadual – PDT

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 646 / 09

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de São Luís, **Doutor João Castelo**, reiterando a solicitação no sentido de que Sua Excelência determine a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte – SMTT, providências no sentido de restabelecer **Linhas de Ônibus**, exclusivamente, para atender os moradores das Unidades Habitacionais da **Cidade Operária**.

Esta solicitação já foi objeto da indicação, datada de em 08 de junho do corrente ano, encaminhada a Sua Excelência o Senhor Prefeito João Castelo. Hoje, decorrido mais de 120 dias, daquela solicitação, volta, aquelas comunidades, a reclamar da ação do poder público no sentido de restabelecer linhas de ônibus, exclusivamente, para atender as populações residentes no núcleo central da Cidade Operária.

Há cerca de dez anos atrás, o Conjunto da Cidade Operária dispunha de linhas próprias de ônibus que atendiam os moradores residentes nas diversas Unidades Habitacionais e se destinavam ao Centro da Cidade e ao bairro de São Francisco. Com o passar do tempo, as linhas foram, pouco a pouco, se estendendo aos outros núcleos habitacionais, deixando de ter início no bairro, transformando a Cidade Operária em mero corredor de coletivos que servem aos bairros vizinhos.

Isso acabou se transformando em enormes sofrimentos para os moradores daquele complexo habitacional, visto que os ônibus, cujas linhas se originam nos bairros da Cidade Olímpica, Santa Clara, Santa Efigênia, Jardim América, Jardim São Cristóvão, Recanto dos Pássaros, etc. com destino ao Terminal do São Cristóvão, chegam a Cidade Operária totalmente lotados, obrigando aquela população a uma disputa acirrada por vagas nos ônibus ou utilizando transportes alternativos com alto custo, com vista a chegar no horário na escola ou no trabalho.

Desse modo, reitero aquela solicitação, esperando contar com a sensibilidade do Excelentíssimo Senhor Prefeito, **Doutor João Castelo**, mandando restabelecer **Linhas Próprias de Ônibus**, exclusivamente, para atender os moradores das Unidades Habitacionais da **Cidade Operária**, a fim de que as milhares de moradores daquele complexo habitacional possam ter acesso a transporte coletivo de qualidade e com pontualidade.



SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 15 de setembro de 2009. - Edivaldo Holanda - Deputado Estadual – PTC

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº. 647 / 09

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de São Luís-MA, **Dr. João Castelo Ribeiro Gonçalves**, reiterando solicitação contida na **Indicação Nº 299/09**, que pleiteia em caráter de urgência, a construção de uma passarela com adequadas condições para a travessia, também de deficientes, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, S/N, Sítio Rangedor – COHAFUMA, precisamente em frente à Assembléia Legislativa, onde há significativo trânsito de pedestres que atravessam diariamente, sobretudo em direção ao ponto de ônibus ali localizado.

Como já ressaltamos anteriormente, o tráfego de veículo na localidade é muito intenso e normalmente quando se consegue atravessar a primeira pista, não há tempo para atravessar à segunda, pois o fluxo de veículo é muito grande, principalmente no horário de pique, ocorrendo com muita frequência, o sinal fechar e abrir novamente, permanecendo assim, o trânsito de veículos, pondo em risco, a vida de muitos cidadãos, sobretudo, aqueles que são obrigados a fazerem diariamente a travessia naquela localidade e, também, os nossos conterrâneos que geralmente visitam a Assembléia para tratarem assuntos de interesse da coletividade.

Por oportuno, cabe registrar o fato do atropelamento, ocorrido na manhã de ontem, dia 14 de outubro de 2009, envolvendo um cidadão do interior do nosso Estado, que ao tentar atravessar foi colhido por um veículo ficando gravemente ferido.

Diante da caracterização do problema apresentado, acreditamos que nossa reiterada solicitação contará com a especial atenção do Excelentíssimo Senhor Prefeito, que certamente não medirá esforços para viabilizar a efetivação desse investimento estrutural ou adotará outras medidas adequadas para equacionar o problema, beneficiando além dos servidores deste poder, os visitantes desta Casa do Povo, as crianças que freqüentam a Escola Sementinha instalada na área interna da Assembléia Legislativa e a comunidade em geral.

Assembléia Legislativa do Maranhão, em 15 de outubro de 2009. - Marcos Caldas - Deputado Estadual-IV Secretário – PRB

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 648 / 09

Senhor Presidente

Na forma regimental requero a V. Exa. que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário de Estado da Educação, Deputado César Pires, solicitando a construção de uma escola com 04 (quatro) salas de aula, na área indígena onde se encontra a Aldeia Cajú, no Município de Grajaú, para atender os jovens da referida aldeia, tendo em vista que a escola ali existente funciona em um barracão de madeira com cobertura de palha e não oferece condições para um aprendizado escolar de boa qualidade.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO MARANHÃO, 14 de outubro de 2009. - RIGO TELES - Deputado Estadual – 4º Vice-Presidente

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 649 / 09

Senhor Presidente

Na forma regimental requero a V. Exa. que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado à Governadora Roseana Sarney o anteprojeto de lei anexo, que estabelece diretrizes para o sistema prisional do Estado e dá outras providências, a fim de que o encaminhe a esta Assembléia Legislativa na forma de projeto de lei, para ser discutido e votado pelos parlamentares, considerando que a matéria é de iniciativa privativa do governador do estado, conforme determina a Constituição Estadual.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 15 de outubro de 2009. - RUBENS PEREIRA JUNIOR - Deputado Estadual

ANTEPROJETO DE LEI N.º

Estabelece diretrizes para o sistema prisional do Estado e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO.

Faz saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - É assegurado ao detento, provisório ou condenado, tratamento digno e humanitário, vedada a discriminação em razão de origem, raça, etnia, sexo, convicção política ou religiosa e orientação sexual.

§ 1º - O respeito à integridade física e moral constitui direito subjetivo do preso.

§ 2º - É direito do preso cumprir pena em estabelecimento penal próximo ao domicílio de sua família.

Art. 2º - É dever do Estado garantir ao preso as condições necessárias à sua readaptação à vida em sociedade.

Art. 3º - O Poder Executivo estimulará a realização de cursos, seminários, palestras, congressos e debates especialmente voltados para assuntos relacionados com os direitos humanos, com vistas ao aperfeiçoamento do sistema prisional.

Art. 4º - O agente responsável pelo exercício da polícia judiciária de caráter técnico-científico e de investigação de infração penal não poderá desenvolver atividade concernente à guarda e à vigilância de preso.

Art. 5º - O Estado adotará e incentivará a aplicação de penas alternativas, propiciando os meios necessários à sua execução.

Art. 6º - O encarceramento de presos provisórios e condenados dar-se-á, preferencialmente, em estabelecimento penal de pequeno porte, destinado aos detentos residentes no município em que se encontra instalado.

§ 1º - É vedada a construção de estabelecimento penal de qualquer natureza com capacidade para mais de 150 (cento e cinquenta) detentos.

§ 2º - É vedada a instalação de estabelecimento penal com capacidade superior à média anual de detentos verificada no município.

Art. 7º - Cada estabelecimento penal contará com um colegiado, órgão auxiliar da administração da instituição, destinado a auxiliar, acompanhar e fiscalizar o seu funcionamento, garantindo-se, em sua composição, a participação de representantes da comunidade, do Município, do Ministério Público, da Defensoria Pública, de entidades civis de apoio ao detento e de familiares dos presos.

Art. 8.º. O Estado poderá firmar convênio com os Municípios ou entidades civis sem fins lucrativos de proteção aos presos para construção e administração de unidades prisionais, bem como para execução de programas de ressocialização de presos.



Parágrafo Único. Nos convênios poderão ser incluir as seguintes responsabilidades:

I - gerenciar os regimes de cumprimento de pena das unidades que administrarem, nos termos definidos em convênio;

II - responsabilizar-se pelo controle, pela vigilância e pela conservação do imóvel, dos equipamentos e do mobiliário da unidade;

III - solicitar apoio policial para a segurança externa da unidade, quando necessário;

IV - apresentar aos Poderes Executivo e Judiciário relatórios mensais sobre o movimento de condenados e informar-lhes, de imediato, chegada de novos internos e a ocorrência de liberações;

V - prestar contas mensalmente dos recursos recebidos;

VI - acatar a supervisão do Poder Executivo, proporcionando-lhe todos os meios para o acompanhamento e a avaliação da execução do convênio.

Art. 9.º - O Estado estimulará a implementação de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados-APACs, com vistas a auxiliar e fiscalizar a execução da pena.

Art. 10 - O Poder Executivo poderá firmar convênio com Município e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APACs - para a administração de unidades de cumprimento de pena privativa de liberdade no Estado.

§ 1.º. Para as APACs serão observadas as seguintes condições:

I - ser entidade civil de direito privado sem fins lucrativos;

II - ter suas ações coordenadas pelo Juiz de Execução Criminal da comarca, com a colaboração do Ministério Público;

III - ser filiada à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC.

§ 2.º. Serão definidos nos convênios os termos de contratação de pessoal e as condições para a administração das unidades de cumprimento de pena privativa de liberdade no Estado, observadas as peculiaridades de cada uma e a legislação vigente.

Art. 11 - São responsabilidades do Poder Executivo na execução dos convênios com os Municípios e entidades civis de direito privado sem fins lucrativos para a administração de unidades prisionais destinadas ao cumprimento de pena privativa de liberdade no Estado:

I - o repasse de recursos para a administração da unidade, nos termos do convênio;

II - a articulação e a integração com os demais órgãos governamentais para uma atuação complementar e solidária de apoio ao desenvolvimento do atendimento pactuado;

III - a fiscalização e o acompanhamento da administração das unidades prisionais dos Municípios e das APACs.

Art. 12 - Serão objeto de convênio entre o Estado e os Municípios ou as APACs as unidades de cumprimento de pena privativa de liberdade que se destinem:

I - a condenados em regime fechado, semi-aberto e aberto, com sentença transitada em julgado na comarca;

II - a condenados cujas famílias residam na comarca;

III - a condenados que tenham praticado crime no âmbito da comarca.

Parágrafo único - Não será admitido, nas unidades de cumprimento de pena privativa de liberdade de que trata este artigo, o recebimento de outros condenados do Estado, salvo com a expressa concordância do diretor da unidade e do Juízo da Execução Criminal, ouvido o Ministério Público.

Art. 13 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua publicação.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 - Revogam-se as disposições em contrário.

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 650 / 09

Senhor Presidente

Na forma regimental requeiro a V. Exa. que determine a inserção no **site** da Assembléia Legislativa na **internet**, o calendário das sessões solenes e audiências públicas, com os respectivos temas, bem como o dia e hora das reuniões das comissões permanentes e temporárias, de maneira a manter a população informada sobre as atividades dos parlamentares.

SALADAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 02 de setembro de 2009. - RUBENS PEREIRA JUNIOR - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Expediente lido. À publicação.

III - PEQUENO EXPEDIENTE.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Deputado Joaquim Haickel. Ausente. Deputado Valdinar Barros. Também ausente. Estavam transferidos da sessão anterior. Primeiro orador inscrito na sessão de hoje, por cinco minutos sem direito a apartes, Deputado Paulo Neto.

O SENHOR DEPUTADO PAULO NETO (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, membros da Mesa, senhoras e senhores deputados, meus colegas, a minha vinda a esta tribuna, nesta tarde de segunda, 19 de outubro, é para falar sobre um assunto, Senhor Presidente, que envergonhou muito o Maranhão. De quinta-feira até hoje, a gente vê nos noticiários nacional e internacional a crise que atravessa o futebol maranhense, especialmente o município de Chapadinha, onde o time de Chapadinha foi goleado naquela tarde negra para o futebol maranhense, na cidade de Viana. Então, foram colocadas aquelas imagens para o mundo todo. Quem acompanha futebol, quem gosta de futebol viu o que aconteceu, viu a vergonha do nosso futebol que está aí capengando há muito tempo, mas eu tenho certeza de que, daquela tarde para frente, a história do futebol maranhense tem que mudar. Isso, Senhor Presidente, meus caros colegas, nós, que somos representantes do povo, não podemos ficar calados, os dirigentes também, pois alguns jogadores que não podiam estar em campo, não podiam estar ali representando o futebol, porque todo mundo sabe que futebol é coisa séria, futebol dá emprego, futebol traz divisas, futebol dá renda, no entanto, infelizmente não é isso que acontece no Maranhão. Um caso a lamentar. Quero dizer a todos da tribuna desta Casa, pedir desculpas aos maranhenses, aos brasileiros, porque os chapadenses, as pessoas de Chapadinha, os torcedores, os habitantes com os quais estive conversado, todos hoje estão envergonhados pela atitude daquele time que fez com que o Maranhão mais uma vez fosse noticiário negro, noticiário ruim para a imprensa nacional. A partir daquela tarde, a gente vê as imagens ruins que são levadas para fora do nosso Estado e nós, como representantes do Baixo Parnaíba, porque o Chapadinha não é só representante de Chapadinha, o Galo da Chapada é representante do Baixo Parnaíba juntamente com Santa Quitéria, que depois entrou no futebol, na primeira divisão. E o que a gente viu foram atitudes horríveis de alguns jogadores e dirigentes. Os blogs e os jornais noticiam que receberam R\$ 50 mil. Meus amigos, o que corre na boca negra do povo e entre os jogadores que confidenciaram a amigos é que lá teve armação. Eu não quero afirmar que ninguém recebeu dinheiro, porque lá eu não estava, eu só sei das informações, mas a Federação tem o dever de esclarecer isso à sociedade maranhense. Eu hoje já falei nas rádios, dei notícias, dizendo que há como chamar os jogadores, os dirigentes para a gente ver a verdade. Sabemos que os jogadores são as únicas pessoas que vão falar a verdade porque muitos



deles ali dependem do pão de cada dia. Agora, a Federação tem que ter pulso firme para esclarecer a verdade. É isso que nós estamos cobrando, Senhor Presidente, aqui da tribuna desta Casa porque muitos jogadores que forem chamados à Federação vão falar a verdade sobre o que aconteceu, isto é, se não foi armação de dinheiro, o que foi que aconteceu, porque todo mundo sabe, o mundo todo sabe que aquilo ali não foi nada normal, quer dizer, um time entregar a bola para o outro fazer gol e ir fazendo até completar 11 gols, com todo mundo de braços cruzados. A gente viu na imagem que, quando terminou o primeiro tempo do jogo, o goleiro do Viana, não aceitando o que estava acontecendo, querendo fazer armação, o goleiro do Viana não queria fazer, ele fazia na televisão ou não, a gente viu o zagueiro entregar a bola para o goleiro. Então o assunto tem que ser apurado e a Federação tem o dever, o Ministério Público já foi acionado, eu tenho certeza, eu tenho certeza, que isso vai ser esclarecido a bem da sociedade, a bem do futebol maranhense. Os chapadinhenses que estão esperando porque nós, nós que fazemos o galo, porque quando fazemos o galo porque já, eu sou torcedor do time do Chapadinha há muito tempo, eu já andei com o time, eu já defendi o time no Maranhão inteiro, e é de lamentar muito naquela hora ali a falta de comando, a falta de comando do Presidente Magno Bacelar, a falta de comando da Prefeita Danubia que está ali do lado do campo vendo aqueles comandados fazer aquele tipo de coisa, e eles não tomarem nenhum tipo de providência, isso sim que é horrível, falta de comando, falta de seriedade, falta de pulso, porque eles sabem que a Prefeitura é quem paga os jogadores de futebol do Chapadinha, não tem espírito e comando irresponsavelmente não tomaram nenhuma providência naquela tarde em Viana. Eu quero dizer Senhor Presidente nós devemos cobrar não eu só, não eu só do Baixo Parnaíba, mas muitos, nós deputados da sociedade, jornalistas porque isso não envergonha só o futebol do Baixo Parnaíba, não envergonha só a cidade de Chapadinha do Baixo Parnaíba isso envergonha todo o Maranhão e todo Brasil, meu muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Deputado Marcos Caldas cinco minutos sem direito a apertes.

O SENHOR DEPUTADO MARCOS CALDAS (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Em primeiro lugar eu queria falar aqui de um assunto realmente que o deputado trouxe a esta tribuna, mas antes quero aqui dar meus parabéns aos vereadores de Tutóia, eu estive lá neste sábado e participei de uma Sessão Especial uma sessão itinerante feita nos povoados, onde foi feita no povoado Tutóia Velha aonde os vereadores ali puderam ouvir realmente do povo, direto da comunidade tudo os seus desejos e suas necessidades, em nome do senhor Presidente, Vereador Loiro, quero dar os parabéns aquela Câmara Municipal que sirva de exemplo para todas as Câmaras Municipais do Maranhão e do Brasil e também para essa Casa para que o Presidente faça também algumas Sessões Itinerantes aí por esse Maranhão. Mas também não poderia deixar aqui de falar Deputado Paulo Neto sobre a minha decepção, que tive esse final de semana que também andando em todo Baixo Parnaíba, e como deputado que sou do Baixo Parnaíba, que defendo o Baixo Parnaíba do que eu chamo de molecagem o que foi feito com o esporte do Maranhão neste final de semana, onde uma decepção igual eu só tive quando ‘Rubinho pé chinelo’ freou para não ganhar a corrida, para que o seu colega de equipe ganhasse na Formula 1, foi mais ou menos isso que nós podemos vê no futebol maranhense, e para completar no time de Santa Quitéria que perdeu por cinco a zero para o Moto, que aí classificava o Moto que já foi uma armação do Prefeito Maninho que também depois de 52 anos virou atleta bateu até pênalti, e disse que vai voltar o atleta que já foi depois de 52 anos ele está jogando contra o ser humano, porque depois de 52 anos virar um atleta, participou do jogo onde Santa Quitéria perdeu por cinco a zero, e também foi armação, o ex-prefeito de Chapadinha Dr. Magno, junto com a prefeita bionica Danubia, esperaram o intervalo do segundo tempo para que saísse o resultado de Santa Quitéria e Moto, e o Moto sendo classifi-

cado para que pudesse abrir as pernas da defesa do time de Chapadinha, e em nove minutos fizeram nove gols. Teve um, Presidente, que eu assisti que a defesa tomou bola, não rapaz pega de volta para fazer o gol, uma molecagem como nunca se viu e o Baixo Parnaíba e o Maranhão, Chapadinha, Santa Quitéria hoje são falados no Brasil todo, e no mundo e é uma decepção para nós que somos filhos daquela região, e defendemos aqui aquela região, não podemos aceitar esse tipo de molecagem no futebol maranhense, e esses políticos que se acham dono do time, e dono da cidade poder fazer esse tipo de armação só quem tem a perder é o Maranhão e o esporte no Maranhão. Eu só queria pedir para que a Federação tomasse as providências, para que isso não volte a acontecer, essa vergonha no Maranhão. Eu digo a todos, eu nunca mais assisti uma corrida de Formula 1 desde que ‘Rubinho pé de chinelo’ fez aquela presepada e freou decepcionando 150 milhões de brasileiros. E eu tenho certeza que muitos maranhenses também não vão mais ao estádio ver uma palhaçada dessas, que foi feita agora esse final de semana com o futebol maranhense. Então era isso que eu queria dizer meus amigos. Deputado Paulo Neto eu estou com V. Ex.^a nessa luta, também sentindo a mesma decepção que V. Ex.^a sentiu, porque V. Ex.^a também é do Baixo Parnaíba, V. Ex.^a também torce por aquele time, eu que estava torcendo e passei por essa decepção. Espero que a federação tome uma providência para que o futebol do Maranhão não seja avacalhado. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Com a palavra o Deputado Edivaldo Holanda, por cinco minutos sem direito a apertes.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, comitê de Imprensa, senhoras e senhores da galeria, funcionários, internautas. Senhor Presidente, a Governadora Roseana Sarney no seu pronunciamento de posse tranquilizou a população maranhense, sobretudo e, principalmente no que diz respeito à segurança, afirmando que agora a partir do seu governo empossado, Deputado Pavão, as famílias poderia sentar a partir das 6:00 horas da tarde na porta de suas casas porque não haveria mais violência. As atitudes imediatamente após este pronunciamento foram diametralmente opostas aquilo que poderia ser tido como segurança para o cidadão. Acabaram o Programa Patrulha do Bairro, acabaram com o nome de Secretaria Cidadã, voltou ao que era, a violência aumentou várias vezes. E nós temos recebido senhor Presidente, nesta semana um apelo dramático do Vereador Antônio da cidade de Boa Vista do Gurupi e do Pastor da Igreja Batista daquela cidade, Pastor José Fernandes, no sentido de que fizéssemos aqui um apelo a senhora Governadora, ao senhor Secretário, a esta Casa, para que mande alguma estrutura, mínima, para a cidade de Boa Vista onde cerca de 20 dias passados, e não vi sequer na mídia, Deputada Helena, um cidadão foi morto dentro do hospital. Não há soldados, não há patrulha, na há presença do governo naquela cidade de Boa Vista na área da segurança. E nós estamos fazendo esta denúncia nesta tarde, iremos preparar um documento solicitando ao Senhor Secretário de Segurança que mande socorro para aquela cidade de Boa Vista do Gurupi. Nós vemos ali no quartel da polícia cerca de trezentas viaturas, que estão ali há mais de mês, ou meses, sei lá, dois meses, dizem que aguardando a logomarca do governo, enquanto isso o cidadão está desamparado, não pode sentar na porta da sua casa como garantiu a Governadora, a não ser que sente na porta da casa para presenciar os assaltos, para presenciar a violência ou para ser assaltado ou morto também. Então, Senhor Presidente, é bom que esta Casa interroge também o senhor Secretário para saber se aquelas viaturas, não já estão na hora delas saírem às ruas, as cidades, e olhe que estas viaturas estão sendo dadas como sendo deste governo, e o que se sabe, é que elas vêm ainda, ela é obra do PRONASCI na gestão da Dra. Eurídice Vidigal. O que está ali Deputado Chico Leitoa, foi encaminhado por ela, pela Dra. Eurídice. Hoje é obra do governo, mas trancado dentro dos muros do Quartel de Polícia, e as viaturas não servindo para amenizar a situação



de violência que estamos vivendo dentro a Ilha de São Luís e nesse Estado do Maranhão.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Deputado João Batista 5 minutos sem direito a apertes.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO BATISTA (sem revisão do orador) – Bom tarde Senhor Presidente, nobres deputados, e a todos aqueles que nesse momento acompanham os pronunciamentos transcorridos nesta sessão. Há pouco acompanhava o pronunciamento do Deputado Marcos Caldas, o Deputado Paulo Neto. E eu quero tentar Deputado Marcos Caldas, falar de algo que foge um pouco ao tema abordado por V. Ex.ªs, em Imperatriz nesse instante está acontecendo um dos mais importantes eventos do Norte/Nordeste, em Imperatriz acontecerá, até o próximo domingo, o 7º Salão do Livro de Imperatriz, é o 7º SALIMP, e esta feira literária é uma das mais importantes feiras literárias do Norte e Nordeste, amanhã vai estar o Gabriel Pensador, na sexta feira a noite estará lá o Caco Barcelos, Jornalista conhecido em todo o país, e até nos países fronteiriços ao Brasil, e eu queria chamar a atenção desta Casa, dos deputados desta Casa, daqueles que neste instante estão acompanhando esse meu pronunciamento, para a importância desse evento. Eu recentemente conversava com um amigo que escreve, e dizia da admiração que tenho, do respeito que tenho por quem escreve, e escreve bem, porque escrever qualquer um pode escrever; você pode fazer uma cópia, um ditado, escrever qualquer um pode escrever. Agora você ter boas idéias, conseguir fazer com que essas idéias que são suas, saiam da sua cabeça e possam ser materializadas em fonemas, letras, em frases, não é para qualquer um. E eu já disse isso aqui nesta Casa, portanto senhores, neste instante, na minha cidade Imperatriz, está acontecendo esse evento, e eu ficaria muito feliz, se um dos senhores, ou se muitos dos senhores pudessem pegar um avião, ônibus, um carro e fosse até Imperatriz, já está prevista a visita da Governadora do Estado, parece-me que amanhã, ou depois ela vai estar em Imperatriz, não me confirmaram a data precisa ainda, mas há uma previsão de que Governadora do Estado possa estar em Imperatriz prestigiando essa Feira, talvez seja a primeira vez no Estado, que acontece em Imperatriz algo onde a prefeitura mesmo sendo uma força antagonista ao Governo do Estado, juntou forças para patrocinar esse evento, tão grande a sua importância Deputada Helena. Há pouco tempo quando tinha curiosidade há muito tempo de ler a obra de Franz Kafka, e comecei lendo Carta ao Pai, e depois li o Processo, e recentemente li Metamorfose e fiquei encantado, como alguém consegue colocar de forma tão brilhante o quanto eu, você ou qualquer um que agora ouve é descartável dentro da sociedade, não desta sociedade ou de qualquer sociedade, como é que se coloca tão bem em letras, em frases, como é que se coloca tão bem o sentimento humano ali no livro, e acho que essa capacidade que os escritores, que os autores tem de fazer isso, é algo que para mim é Divino, e nós temos milhares de possibilidades, nós temos milhares de exemplos expostos nos dezenas de stands montados no Centro de Convenções de Imperatriz, para aqueles que tem curiosidade de mais informações é: www.salimp.com.br, vá lá pesquise dê uma olhadinha e se tiver um pouco mais de boa vontade que vá em minha cidade, que vá a Imperatriz visitar este que para mim é dos eventos mais importantes ocorrido dentro do Estado do Maranhão. Eram essas as minhas observações nobres deputados, porque já disse e chegou até ser repetitivo, mas, é de importância muito grande, não pode ser passado despercebido. Então é o sétimo, e quero que os nobres, amados e queridos estimados companheiros deputados possam se fazer presentes na minha amada cidade de Imperatriz, eram essas as minhas observações.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Deputado Chico Leitoa cinco minutos.

O SENHOR DEPUTADO CHICO LEITOA (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, senhores da Imprensa e da galeria. O que me traz aqui hoje é uma

reflexão sobre algo que toca a todos nós: são exatamente as questões que envolvem a formação dos cidadãos maranhenses em cada município. O Estado é a junção de todos os municípios e estamos aqui a lamentar, acompanhando com muita tristeza os índices da educação do município de Timon nos últimos quatro anos. Passamos de uma posição dentre os 10 municípios para lá de 110, dado o descaso que ocorre naquele município com relação à questão educacional, e olha que são entre 37 mil e 38 mil alunos fadados, crianças e adolescentes, a terem comprometido o seu futuro, pois ao chegar ao Ensino Médio não terão absolutamente nenhuma condição de acompanhamento e como resultado ocorrerão a evasão escolar, a repetência e a desistência. Nós lamentamos, assim, profundamente, até porque o Governo Federal, iniciado no governo Fernando Henrique Cardoso e fortalecido no governo Lula através do Congresso Nacional, instituiu o FUNDEF e posteriormente o FUNDEB, que é a maior revolução na educação deste País, porque os municípios tiveram condições de gerir as coisas da educação com dinheiro. Deputado Edivaldo, em 2004 eu era prefeito e no o ano todinho eu recebi treze milhões e duzentos mil de FUNDEF. Este ano, em maio e junho, o município de Timon recebeu treze milhões e quinhentos mil. Está anotado no sistema tanto 2004 como maio e junho de 2009. E você vê um ensino sem absolutamente nada de qualidade, comprometendo as pessoas, as crianças. Eu conheço aquilo ali de cadeira, porque, como eu já disse aqui várias vezes, eu fui professor do Estado, eu acompanhei durante oito anos a educação do município. Deputado Edivaldo, eu peguei oito mil alunos no primeiro mandato, deixei com 18. Voltei quatro anos depois, e olhe que deixei um aliado, havia exatamente 18 mil. Aí eu passei para 36 mil, e hoje tem 37, 38 mil. E você vê um padrão de ensino que está sendo praticado em Timon que vai comprometer uma geração inteira. Conversei recentemente com uma professora do Ensino Médio, professora do Estado consequentemente, e ela dizia: “Olha, Chico, é inacreditável o nível dos alunos que estão chegando do Ensino Fundamental às escolas do Ensino Médio”. E como se não bastasse, a prefeita que ganha 44 mil por mês, segundo o Ministério Público, 22 mais 22, inovou uma prática em Timon, mês passado eles estavam devendo três meses em algumas secretarias e depositaram a metade do salário de cada servidor, três meses para receber e a Prefeitura de Timon pagou a metade do salário dos servidores municipais. É uma prática nova, eu não sabia nem que isso era possível. Então uma coisa tem a ver com a outra, é o tratamento, é um programa debilitado de merenda escolar que não existe, são as escolas que têm aulas pela metade, e o detalhe é o seguinte: eu conheci uma menina chamada Vitória que, no ano de 2008 todinho, não teve aula de matemática nem um dia na escola do município. A mãe dela me colocou que ela já está reprovada na 5ª série, porque passou todo mundo. Então nós estamos aqui para lamentar essa situação e fazer isso repercutir porque as autoridades competentes têm que tomar uma providência. Acabaram com as regionais do Ministério da Educação e isso é ruim, porque ficou distante a capital dos municípios. Então, eu gostaria de fazer essa lamentação aqui, eu não sou fadado a dar más notícias, mas lamentavelmente é uma realidade que nós temos que encarar, é uma coisa vergonhosa um município com tantos recursos ter um ensino que caiu entre os 10 municípios do Estado, pois quatro anos atrás, cinco anos, para o 111º município, quer dizer, cair não sei quantas posições no nível de desenvolvimento humano, com tanta grana, mas o resultado é a concentração. Em Timon, dois terços da população recebem Bolsa Família. De cada três pessoas, duas recebem Bolsa Família, mas isso não orgulha ninguém, não que eu seja contra o Bolsa Família, mas está incluído entre os municípios que mais recebem Bolsa Família, está incluído em um dos municípios dos mais pobres, mais miseráveis. Então nós lamentamos profundamente que as ausências de políticas públicas levem este Estado à situação em que se encontra. Quando eu falo de cadeira é porque todos os índices das minhas duas administrações podem ser medidos em qualquer setor, com menos de um terço dos recursos que hoje entram nos cofres do município de Timon. Muito obrigado, Senhor Presidente.



O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Com a palavra Deputado Chico Gomes, por cinco minutos.

O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO GOMES (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, senhoras e senhores da galeria, comitê de Imprensa. Ocuo esta tribuna porque gostaria de registrar a nossa visita neste final de semana a alguns municípios maranhenses e tivemos a alegria de acompanhar as obras, que estão sendo realizadas, de construção de hospitais no início de obras com serviços de terraplanagem, obras todas licitadas, construções de estradas, de canto a canto do Maranhão encontramos estradas sendo construídas ocupando as nossas empresas, gerando emprego e melhorando na qualidade do transporte e da comunicação em todo o Estado do Maranhão. São mais de 1.500 km de estradas recuperas e estradas novas que vemos espalhadas hoje por todo nosso Maranhão. Vimos isto com imensa alegria, com imensa satisfação de acompanhar que em tão rápido espaço de tempo tantas obras estão sendo realizadas em benefício do povo do Maranhão. E essas estradas, como acompanhei de perto, a estrada de Porto Rico parada há mais de 7 anos com máquinas, que foram iniciadas aquelas estradas, jogadas sendo enferrujadas lá porque a estrada foi cancelada, a sua execução e agora em pouco tempo essa estrada está sendo construída. Uma nova empresa ganhou a licitação e está desenvolvendo um belíssimo trabalho de construção de uma estrada que é o sonho do povo de Porto Rico. Isto nos dá muita alegria. Visitamos também a estrada que vai até Apicum-Açu, outro município isolado de estradas. E vimos depoimentos das pessoas que vivem a situação, principalmente no período do inverno, em não poder nem transportar os seus doentes para buscar recursos em outros centros que oferecem melhor qualidade de serviço. Então essas estradas significam a estrada da educação, porque elas que permitem também o transporte escolar e a ida e vinda dos alunos para as escolas, é a estrada da saúde, porque ela permite o deslocamento dos nossos doentes ou dos nossos médicos e enfermeiras para o Programa Saúde da Família. É a estrada do desenvolvimento, porque elas permitem o escoamento da produção; é a estrada da liberdade, porque elas permitem e dão condições, como diz a nossa Constituição, de ir e vir, são essas estradas que estão sendo construídas no nosso Estado do Maranhão. Nós vimos isso com alegria num momento em que o povo do Maranhão começa a ter novas esperanças com tantos e tantos empreendimentos que são lançados aqui e todos eles são obras sem partidos, são obras que não são do Governo ou da Oposição como a Refinaria de Petróleo, me refiro especificamente a essa refinaria, é uma obra que tem que ser de todo o povo do Maranhão, não tem partido, não tem ideologia, é uma obra do Governo Federal, é uma obra, uma determinação do Presidente Lula que está realizando no nosso Estado e que será o carro-chefe de tantas outras obras que irão surgir no entorno dessa refinaria para que o Maranhão possa dar uma nova alavancada para o desenvolvimento e para seu progresso, gerando sim, milhares e milhares de empregos, deveremos ter a graça de receber tudo isso para que a nossa juventude tenha esperança de um futuro melhor, tenha esperança de que se formando e se capacitando possa ter mercado de trabalho empreendedor e capaz de satisfazer as exigências e as demandas de toda nossa juventude e de todo o povo do Maranhão, aí de larga escala, desempregado. Era isso Senhor Presidente, o nosso pronunciamento, o nosso registro e a nossa, cada vez mais, esperança maior no futuro do Maranhão.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Com a palavra o Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SENHOR DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, membros da Mesa, Nobres Colegas Deputados, Imprensa, galeria, funcionários da Casa, internautas. Senhor Presidente, algo sempre me incomodou no trabalho parlamentar ao longo de todo nosso mandato, é algo que hoje é feito através da livre e espontânea vontade do Presidente de cada comissão. Trata-se

da distribuição dos projetos nas comissões, não há qualquer norma com exceção de uma, não há norma no Regimento Interno que regulamente como deve ser a distribuição de qualquer projeto em qualquer comissão. E isso, digo especificamente na comissão de Constituição e Justiça, comissão que recebe o maior volume de projetos de leis para serem apreciados na Casa. Há uma única regulamentação que diz que o autor do projeto não pode ser o relator do projeto, na prática o Presidente de cada comissão faz a distribuição com critério eminentemente político, se for uma matéria de governo se dá preferência ao aliado do governo, se for pelo contrário uma matéria de interesse da oposição se dá preferência a oposição. E fica sempre a partir do critério político de cada Presidente. Entendam que nós podemos corrigir essa falta de regulamentação, assim já é feito para a distribuição de qualquer projeto no Poder Judiciário, para vocês darem entrada numa ação é feita a devida distribuição para saber qual o Juiz irá dar o direito em cada caso e o pensamento é, porque não fazer isto também na Assembleia Legislativa do Maranhão, buscamos nas outras Assembleias e já há exemplo de distribuição automática na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e estamos dando entrada num Projeto de Resolução Legislativa para determinar a distribuição automática dos Projetos em qualquer das Comissões. Antes que diga que se irá cercar o poder do Presidente lembramos que permanece um Instituto extremamente importante, o qual seja o Poder do Presidente avocar qualquer projeto para relatar, ou seja, ele continua tendo o poder de decidir quem será o Deputado que irá relatar dentro do poder, de avocar qualquer Projeto de Lei. Ainda tem uma ressalva que merece ser feita, que há de ser feita e que está prevista no Projeto de Resolução. Muitas vezes o sorteio, a distribuição automática pode dar a um parlamentar a relatoria de um Projeto que ele sequer se identifica, exemplo hipotético: Projeto de Resolução que cria a frente Parlamentar em defesa ao Rio Parnaíba, é razoável que o relator seja um Deputado ligado politicamente àquela região para que desta forma conhecendo bem possa encampar ainda melhor aquela referida frente, neste caso não é razoável que se coloque um Deputado do outro extremo do Maranhão para ser o relator desse referido Projeto e para resolver esse hipotético problema cria-se também o Instituto da Preferência, ao chegar qualquer projeto na comissão, qualquer deputado pode pedir preferência para relatar, afirmando que se identifica com aquela causa que tem interesse em relatar aquela matéria, se dois deputados pedirem para relatar, pedirem preferência no mesmo projeto cabe novamente ao Presidente decidir quem será o relator daquele referido projeto de lei específico. Portanto, o Presidente não perde poder porque permanece tendo o direito de avocar e permanece o poder de decidir a prioridade em qualquer projeto e acredito que desta forma nós estaremos deixando de lado as decisões políticas e trataremos de uma forma de elevar ainda mais a autonomia e independência do Poder Legislativo. Fica então registrado que estaremos dando entrada num projeto de resolução que cria a distribuição automática em todas as comissões e o instituto dá preferência em cada projeto. Essa era a contribuição senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Convido o Deputado Marcos Caldas a compor a Mesa. Convido o Deputado Rubens Júnior a compor a Mesa.

IV - ORDEM DO DIA.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Primeiro item da Ordem do Dia. Não há quórum para deliberação. É uma Emenda Constitucional de nº 009/07. E os demais Projetos a deliberação do plenário, também ficam prejudicados por falta de quórum regimental. Requerimentos à deliberação da Mesa. Requerimento nº 332/09 de autoria da Deputada Márcia Marinho, (lê). Aprovado. Requerimento nº 334/09 de autoria do Deputado Alberto Franco, (lê). Deferido. Grande Expediente. Antes eu farei a leitura da inclusão da Ordem do Dia das matérias: Requerimento nº 336, 337, 338, 339, 340, 341 e 342.



V - GRANDE EXPEDIENTE.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Não há orador inscrito no primeiro horário do Grande Expediente. Horário destinado aos Partidos ou Blocos. Bloco Parlamentar Progressista. Deputado Edivaldo Holanda, quem V. Ex.^a indica? Deputado Edivaldo Holanda fará uso da palavra pelos 37 minutos.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, Comitê de Imprensa, senhoras e senhores da galeria, funcionários, internautas. Senhor Presidente, Deputado Alberto Franco, seis meses de governo, nós assistimos, senhor Presidente, no Pequeno Expediente desta Casa, a palavra autorizada do líder do Governo Deputado Chico Gomes, falando, discorrendo sobre estes seis meses de trabalho do governo empossado. Interromperam de forma violenta um governo que tinha um programa de trabalho, que tinha um planejamento para o Maranhão, que vinha desenvolvendo em todas as regiões desse Estado um trabalho palpável, um trabalho conhecido de todos os prefeitos.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputado Edivaldo me conceda um aparte?

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA – Só concederei o aparte a V. Ex.^a mais, ou menos na metade do meu pronunciamento, que vou dizer coisas que eu sei que V. Ex.^a vai ter que vir defender.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM (aparte) – Então vamos começar consertando, V. Ex.^a está usurpando, o seu bloco não tem mais esse tempo de 37 minutos.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA – Como sempre, V. Ex.^a atrapalha os trabalhos da Casa, mas de forma anti-regimental. Como eu sou democrático, em respeito a idade de V. Ex.^a, V. Ex.^a talvez vá até perder a calma daqui a pouco comigo, agora ainda não há nenhuma razão, mantenha ainda a sua calma, porque provavelmente V. Ex.^a irá perdê-la daqui a pouco. Então senhor Presidente, nós recebemos um governo sem aptidão, em primeiro lugar sem aptidão por trabalho, sem vontade, um governo que o Secretário de Planejamento responde ao Presidente desta Casa, Deputado Marcelo Tavares, ainda na semana passada aquele pedido de informações que nós fizemos então para aprovação dos R\$ 288 milhões, que seriam tomados, ou que serão tomados emprestados ao BNDES, ele responde Deputado Chico Leitão, pedindo mais tempo ao Presidente desta Casa, porque ele está preparando a resposta, ela já não vale mais talvez, já transcorreram uns dois meses, esse é o Secretário de Planejamento, aí o nosso Líder Deputado Chico Gomes, líder do governo nesta Casa, ele falou de obras no sentido genérico, para usar as palavras do líder, ele diz que são tantas obras e tantas, e tantas que estão sendo realizadas, e aí falou da terraplanagem dos terrenos dos hospitais, está em nível de terraplanagem, são 64 hospitais, aí o nobre Deputado Chico Gomes, fala de 1.500 km Deputado Marcelo Tavares, de recuperação de estradas, eu tenho andado não tenho visto, mas deve estar sendo feito essa recuperação talvez por uma região que eu não tenha passado. Mas deve ser a queimação do dinheiro que esta Casa aprovou Deputado Marcelo, com a bancada honorável da senhora governadora, no atropelo de um dia sem nenhuma informação, informações estas que ainda hoje o secretário pede tempo a V. Ex.^a para responder. Então o nosso líder ciscou, ciscou, ciscou, mas não pode nominar as obras de seis meses, seis meses, pasmem os senhores, seis meses de um governo, e não deu para falar dessas obras. Deputado Marcelo, eu quero dar uma oportunidade a V. Ex.^a que eu, que V. Ex.^a, o líder não soube dizer, mas V. Ex.^a pode me dar aí pelo menos umas 8 obras que a governadora está fazendo. Concedo um aparte a V. Ex.^a

O SENHOR DEPUTADO MARCELO TAVARES (aparte) – Deputado Edivaldo Holanda, já que V. Ex.^a me concedeu o aparte, eu gostaria de solicitar a V. Ex.^a eu ando muito no Maranhão inteiro, e uso muito pouco os aeroportos, os aviões, eu gosto de andar por via rodoviária, e usando até o ferry-boat, que é o transporte mais comum para todos que vão à Baixada Maranhense, e eu ainda não consegui, não tive o prazer de ser apresentado a nenhuma obra do governo do Estado, a nenhuma obra. Eu até gostaria de perguntar aos deputados da base do governo aonde já foram iniciados as obras desses hospitais, porque nos municípios que eu andei; principalmente no fim de semana, nem esta terraplanagem que V. Ex.^a fala, eu não tive oportunidade de ver. Eu vejo o governo quando eu estou em casa, assistindo televisão; aí eu olho o governo. Eu por exemplo, estive essa semana passada no Município de São Luís Gonzaga, e vi a recuperação da estrada, com recursos federais, daquela emergência, provavelmente sem licitação, porque me parece que as obras foram contratadas sem licitação, porque eram obras emergenciais, e aí deputado, eu encontrei a obra, mas especificamente são quatro grandes bueiros, que talvez fosse melhor pequenas pontes, mas são quatro grandes bueiros, no decorrer de todo o perímetro da estrada, e encontrei um pedreiro, um ajudante de pedreiro, um em caminhão 3/4 com motorista, uns 2 ou 3 metros cúbicos de brita e alguns sacos de cimento. Isso é a empresa para fazer os quatro e nós já estamos chegando aí num novo inverno, então vir uma nova emergência e nem a emergência passada foi feita. Aí eu lhe pergunto, se a obra era tão emergencial que precisava ser feita sem licitação, porque nós já estamos quase no final de outubro, na segunda quinzena de outubro e ela ainda não foi feita realmente? Esse é um aspecto. Por outro lado, eu ando aí pelo Estado todo, e a única obra que me falaram que foi realmente iniciada, me parece que é a obra rodoviária do Baixo Parnaíba, uma estrada realmente importante, além de mais algumas poucas obras rodoviárias. E aí eu fico querendo entender por que brigaram tanto para assumir o governo, porque me parece que não estavam preparados para assumir o governo e também, deputado, tem muito caimento de escolas e faróis da educação. O Deputado César Pires entrou com aquela corda toda para pintar os muros das escolas e dos faróis da educação.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA - Fazer placas.

O SENHOR DEPUTADO MARCELO TAVARES (aparte) – Fazendo placas, botando vigia, ele entrou mesmo realmente com a corda toda. Então é isso que a gente tem visto, e essas obras aí, além de serem todas de empresas privadas, muito bem-vindas para o Maranhão é verdade, todos nós queremos muito que elas venham, são obras da iniciativa privada. E o que a propaganda não diz, mas que eu preciso que fique claro para a população maranhense, é que todas elas vieram para o Maranhão no período em que o Estado foi governado por governadores não atrelados ao grupo Sarney. Isso foi o que aconteceu, é notório, mas isso a propaganda não diz, é claro. E aí eu me lembro de uma pesquisa que o Governador Jackson Lago fez junto ao empresariado brasileiro, principalmente ao empresariado paulista, e eles disseram que não vinham anteriormente para o Maranhão em função da dificuldade de vir a e se instalar em um estado que tinha donos. Aí, quando houve esse ato, esse período de governadores não ligados ao grupo Sarney, essas empresas vieram para o Maranhão e aí o Estado efetivamente decolou. Foi assim com a Refinaria Premium, foi assim com a Indústria de Papel e Celulose da Suzano, com protocolo assinado lá no Palácio dos Leões durante o governo Jackson Lago. Foi assim com aciaria, foi assim com a fábrica de esmagamento de soja lá em Porto Franco e com todas as empresas que estão no Estado, Deputado Edivaldo Holanda. Então isso é claro que não vai sair na propaganda, que é de fato extremamente bem feita. Louva-se aí a qualidade do trabalho da propaganda, e olhem como faz bem a Governadora do Estado, faz bem de todas as maneiras, Deputado Edivaldo Holanda, porque o Governo vai lá, bota na televisão uma propaganda caríssima e aí faz uma propaganda clara, já partidária, porque ainda faz referên-



cia aos governos anteriores e mostra as imagens em preto e branco. É impressionante como sempre que vai se mostrar uma coisa ruim se mostra em preto e branco, é até um preconceito com o início do cinema, das artes, porque tudo começou em preto e branco. E como o Deputado Milhomem diz, até racismo mesmo, e aí parece aquela imagem em preto e branco e depois aquela imagem já colorida. Deputado Edivaldo Holanda, quanto devem estar custando as vinculações dessas propagandas? Devem estar custando muito caro. E quem recebe, Deputado Edivaldo Holanda?

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA – Quem paga.

O SENHOR DEPUTADO MARCELO TAVARES (aparte) – Olha, o Maranhão realmente é um Estado abençoado por Deus, porque até hoje ainda não quebrou, Deputado Edivaldo Holanda.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA – Obrigado, Deputado Marcelo, pelo lúcido aparte que contribui muito com o nosso pronunciamento nesta tarde. Mas, Deputado Marcelo, o nosso líder, Deputado Chico Gomes, não conseguiu nomear claramente essas obras. Deputado Chico Leitoa, todos nós assistimos à dificuldade...

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputado Edivaldo, já acabou o preconceito com os velhos?

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA – Não, Exa.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM – V.Exa. pode me dar um aparte agora?

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA – Não, Exa. Já vou conceder o aparte a V.Exa. Eu só vou concluir esse raciocínio.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Não, porque V.Exa. já cedeu aqui para o Presidente, então, pare de puxar o saco etc., etc., mas conceda ao velhinho aqui, por favor.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA – Um aparte a V.Exa.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM (aparte) – Deputado Edivaldo, está dizendo o Deputado Braide aqui que é bom ser Oposição. Esse nhem-nhem-nhem é realmente um negócio fabuloso. Estão aqui os dois comentando e o Deputado Chico Gomes diz assim: Deputado Marcelo, se o senhor tivesse prestado atenção no meu pronunciamento, se não estivesse conversando, V.Exa. teria ouvido o que eu disse. Mas a estrada de Porto Rico, a estrada que vai da Independência aqui em Peritoró, fazendo o círculo e passando por Lima Campos, Pedreiras, Lago do Junco, Igarapé Grande, Lago da Pedra e chagando aqui na BR-316, está iniciada, estão trabalhando. O Deputado Marcelo tem um roteiro que se sabe. Ele sai daqui e vai para Gonçalves Dias, volta pela 135, aí ele pega aqui atravessa no Ferry Boat vai para Cajapió, então é isso aí, a visão dele está meio obtusa no sentido de campo visual. Outra, eu justifique Deputado Marcelo, ele tem que defender, a gente tem que defender os dele, quem defende a ninhada, tem que defender porque ele trabalhou com esse governo, com os governos aí, ele não pode negar. Agora negar que esta se trabalhando, isso é um absurdo, os hospitais estão sendo iniciados, licitações foram feitas, não tem dispensa de licitação como foi feito no governo que V. Ex.^a defende. As coisas estão melhorando, segurança pública. A segurança pública do Deputado

Cutrim, do Deputado Cutrim não, por que ele exerce a função. O que acontecia? Ele recebeu uma herança maldita, com o respeito que tenho pela senhora que estava lá, respeito pela senhora, não pela secretária. Então o que precisa ser dito, o Hospital Carlos Macieira está funcionando, o Hospital Geral está funcionando e bem. Então, nós vamos por aí, nós vamos chegar e justifica o governo de seis meses da Governadora Roseana, agora, V. Ex.^a até fez um gesto que eu pensei que estivesse em um Culto Evangélico, fechou os olhos e quase que pregava ao Senhor do Altíssimo. Mas, muito obrigado pelo aparte.

O SENHOR DEPUTADO MARCELO TAVARES – Deputado Edivaldo me permita já que fui citado.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA – Como V. Ex.^a foi citado eu concedo um aparte a V. Ex.^a e depois peço tempo para concluir o meu pronunciamento.

O SENHOR DEPUTADO MARCELO TAVARES (aparte) – Deputado Edivaldo eu realmente não tenho uma visão tão pequena assim quanto diz o Deputado Milhomem, inclusive essa estrada que ele diz é tapa-buraco, tapa-buraco, e a de Lima Campos eu estive lá não tem uma semana ou 10 dias e eu não vi ainda nenhum buraco fechado, pode ser que nesses 10 dias eles já tenham feito algum tapa-buraco lá. Porque a estrada esta asfaltada e não está nem tão ruim Deputado Milhomem, mas de qualquer maneira parece que o Governo todinho se resume a essa estrada de Porto Rico que o Deputado Chico Gomes falou e aí eu me lembro, mas a resposta clara a este Governo que está sendo feito aí é tão clara que não tem obra, por que é preciso falar das obras privadas que vieram para o Estado nos outros Governos, é por isso, não tem obra caseira para mostrar, tem que mostrar as obras dos grandes empreendedores. E aí, qual o resultado disso? Essas obras desses hospitais. Eu estive lá em Cajari, o hospital de Cajari não começou, lá em Viana mesmo, não tem nenhuma obra do Governo do Estado. Tem Deputado Chico Gomes? Em São Luís, Deputado Edivaldo Holanda, vão passar os dois anos não vão fazer nenhuma obra Deputado Edivaldo Holanda. Qual é a obra licitada que tem em São Luís? Nenhuma tem é um estado de calamidade pública que decretaram para fazer uma dispensa de licitação. O que foi que melhorou, foi que nós saímos de um estado não de calamidade pública e entramos em um... Então foi isso o que aconteceu, o governo que precisa forjar um estado de emergência, porque a falta d'água de São Luís ela, infelizmente, é uma rotina diária de milhares e milhares de famílias a décadas e aí fizeram uma situação dessa para não fazer uma dispensa de licitação. E outro dia eu olhei no jornal e disseram que vão conseguir aproveitar o projeto da GAUTAMA. Vão esperar da Companhia de Águas e Esgoto de Brasília com um suporte técnico para poder fazer o projeto de dispensa de licitação. O Hospital Carlos Macieira está funcionando muito bem, entregaram para a Cruz Vermelha que nunca administrou nenhum hospital no Maranhão. Quer dizer o coitado do servidor vai ser cobaia do sistema de administração hospitalar, e o contrato sem licitação Deputado Chico Gomes, então este é o governo, o governo que fala de seis meses como se seis meses fosse pouco tempo, o retrato disso tudo está aí, agora é o governo da televisão, é o governo, nós todos podemos passar o dia inteiro aqui falando do governo, mas ninguém, ninguém definiu este governo aí, nas suas versões anteriores melhor do que o Senador Cafeteira, que disse que o governo começa quando liga a televisão e termina quando desliga a televisão, nenhum de nós Deputado Edivaldo Holanda, vamos conseguir uma definição melhor para esse governo, do que a foi feita pelo Senador Epiácio Cafeteira, um homem com uma experiência imensa na política e que definiu com maestria o governo que aí está na sua mais nova versão, na versão acabada que aí está. Então isso aí é que é claro, é um governo que só quer buscar aliados na marra, e aí fazendo convênios, ofertando isso, aí dizem: ah!, mas vocês não reclamaram disso anteriormente. Mas o nosso governador foi cassado, dizem que é por isso, será que o de vocês não vai ser cassado também? Então é essa a situação que nós estamos vivendo, eu quero é que o governo funcione e a segurança



pública, só não entrou no caos, em função da Emenda do Deputado Milhomem, que com muito bom senso, buscando uma solução melhor para a sociedade maranhense, fez a Emenda que o governo não queria dar, e que o governo agora entendeu que podia dar, o Deputado Milhomem, foi retaliado o Deputado Milhomem, foi maltratado pelos seus pares, o Deputado Francisco Gomes, era, o que diziam do Deputado Francisco, não é coisa digna de se publicar, o governo dele, e eles salvaram o governo dessa situação débil que nós teríamos aqui na segurança, foi o Deputado Milhomem e o Deputado Francisco Gomes, e a Casa, eu falo por mim, eu votarei contra a derrubada do veto, e votarei a favor da mensagem da governadora, da nova mensagem que tirou 2% de cada categoria, para não perder a oportunidade, por capricho, para dizer que foi eles que fizeram, e não fomos nós nesta Casa, mas a segurança do Maranhão hoje não vive um caos, por esta Casa, por ação desta Casa e pelas Emendas do Deputado Carlos Alberto Milhomem e Francisco Gomes. Salvaram o governo de estar numa situação muito pior, e o que ganharam com isso? Achincalhes nos blogs, todo dia o Deputado Chico Gomes deixaria de ser líder, todo dia saía nos blogs, e ele fez foi salvar o governo com sensibilidade, com coerência, a mesma que ele tinha aqui quando era Deputado de Oposição. Então, o Governo tem que agradecer é a Bancada que tem aqui nesta Casa, senão estaria muito pior.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA – Muito obrigado nobre Deputado Presidente Marcelo Tavares, acabaram-se os apartes porque eu só tenho doze minutos, se eu concluir aqui um pensamento eu dou aparte a V. Ex.^a. Mas senhor Presidente, senhores deputados, seis meses de governo, seis, “De volta ao trabalho”, mas se nós pegarmos alguns jornalistas, alguns blogueiros, você vê-los definindo um pouco este governo de seis meses “De volta ao trabalho, o Ricardo Santos no seu blog diz assim: “Nestes seis meses de volta ao trabalho ele diz: alguns exemplos do governo de volta ao trabalho; sem remédios, sem água, sem saúde, tem apenas palanques e dinheiro em caixa para as eleições de 2010”. Tem grande obra que o Dr. Garrone no seu Blog, Garrone está ali no plenário, no plenário ali do comitê, Garrone diz no seu blog uma coisa interessante, ele fala de uma obra do governo importante, é a obra de reforma da Casa de Veraneio de São Marcos, quase R\$ 700 mil, pasmem os senhores, para reformar, atenção senhores internautas, pessoas que estão nas galerias, sabem quanto é? Quase R\$ 700 mil, para reformar uma casa. O Garrone lembra bem que dá para construir outra, melhor se construísse outra casa, faria uma casa nova talvez até com menos recursos, mas outra obra importante eu recebo por e-mail, da senhora Roseana Pinheiro Santos, com o título “Assalto aos Cofres Públicos”, eu não vou ler a indignação desta senhora, mas ela teve o trabalho de pegar os diários oficiais, Deputado Marcelo, e listar uma das grandes obras deste governo, Deputado Milhomem, Líder da Bancada da maioria, acabou de dizer que essas obras são feitas com licitação, R\$ 50 milhões, gastos sem licitação neste governo, R\$ 50 milhões, gastos sem licitação, sem contar obras como vem ai a da Caema, com quase R\$ 300 milhões em estado de emergência, se ela chegar, porque no governo passado da senhora Governadora quando ela trouxe para cá os novos baianos, foram 300 milhões para duplicar o Italuís, aí comeram logo 40 milhões. O TCU viu o que estava acontecendo, as irregularidades, a bandalheira e interrompeu, assim, até hoje nem o Italuís foi duplicado e nem esse recurso foi encontrado de volta. Mas a dificuldade do Líder do Governo, Chico Gomes, em nomear as obras está no fato de que talvez ele não esteja vendo a televisão, Deputado Marcelo, e aí eu vou nomear algumas obras desse governo, que são grandes obras: a SUZANO lá em Imperatriz, a Aciaria de Açailândia. Olhe que as obras que eu vou citar aqui todas estão vindo dos governos de Zé Reinaldo e Jackson Lago, agora só a maquiada para frente. SUZANO de Imperatriz, Aciaria de Açailândia, a Hidrelétrica de Estreito, a Termoelétrica de São Luís, a Refinaria Premium, a ampliação da unidade da Alumar, a ampliação de uma unidade da Vale do Rio Doce, e aí pelo meio 150 mil empregos que estão sendo ofertados ao povo do Maranhão. Não se sabe quando, enquanto isso como obra real e imediata, a governadora, através de

Ricardo Murad, continua demitindo pessoas da Maternidade Marly Sarney e nem sequer pagar os direitos trabalhistas estão pagando. Senhor Presidente, isso é uma vergonha. Aqueles ministros daquela madrugada fatídica e vergonhosa devem ter as suas consciências pesadas, porque interromperam um trabalho que vinha sendo realizado neste Estado com eficiência. Agora nós temos esta grande obra, Deputado Presidente Marcelo Tavares, a grande obra deste governo é essa obra de ficção, é uma obra de ficção, ela não existe porque estão de olho nas eleições do ano que vem, em guardar recursos para patrocinarem com dinheiro público uma eleição que se aproxima daqui a menos de um ano. Por isso que tomaram em primeiro lugar, como primeira grande obra, o dinheiro dos prefeitos, dos convênios, solaparam os recursos, confiscaram, trouxeram de volta, puseram no cofre, fecharam o cofre e disseram: ‘esta obra agora é feita pelo Governo do Estado. Nós vamos fazer, vamos construir 64 hospitais’. Mas quem constrói sou eu, não é você, Chico Gomes prefeito, não é Stênio Resende prefeito, quem constrói sou eu, quem diz quem é a Construtora que vai fazer sou eu. Agora, quem vai, se for feito este tal hospital, cuidar dele deve ser o município. Como? Esses recursos que retornaram estão nas mãos de um dos maiores manipuladores de recursos públicos deste Estado. Está lá controlando o recurso. Ainda quer ter emergência para receberem mais de 250 milhões de reais para a CAEMA. O que irá acontecer com esse dinheiro nas mãos do Secretário da Saúde Ricardo Murad? Outra grande obra foi a desconstrução da lógica do SUS no Estado. Está aí, com certeza, uma falência prévia decretada no Sistema de Saúde do Maranhão. O Hospital de Porto Franco, um hospital moderno, bem aparelhado, atendendo uma população de mais de 100 mil habitantes, de oito municípios, inclusive Estreito, com uma superpopulação de vários estados do Brasil. O hospital, que recebia 500 e tantos mil reais para funcionar, teve o recurso reduzido para apenas 200 mil. Deputada Helena, não vai ter como funcionar aquele hospital, eu conversava com o prefeito por telefone hoje e infelizmente, se a Justiça não determinar o retorno dos recursos aquela população vai viver a pão e água, vai morrer sem assistência médica, como os pacientes de necessidades especiais aqui desse Estado, e sobretudo desta cidade estão aí à míngua sem receber os remédios que deveriam estar na farmácia do Estado. Então Senhor Presidente, seis meses, seis meses de governo, seis meses de volta ao trabalho. Mas o trabalho passando pelo viés que o Deputado Marcelo Tavares, falou, sobretudo da mídia, do sistema. Diário Oficial mais recente mostra uma suplementação para a mídia do governo, Deputado Marcelo, de seis milhões de reais. Seis milhões para a SECOM para promover essa quantidade de obras de ficção. Ficção porque não são obras do Governo do Estado, é iniciativa privada bem-vinda, necessária, chegada antes do atual governo em solo maranhense e agora são obras chocadas, pela senhora governadora, como sendo obras suas. Estão aqui anunciados R\$ 60 bilhões de investimentos. Esses R\$ 60 bilhões de investimentos são dessas obras cujo painel, pela influência forte do Presidente Sarney, foi realizado aqui na semana passada e são essas obras que estão oferecendo 150.000 novos empregos no Maranhão. A Refinaria Premium, o ministro das Minas e Energias anunciou 130.000 empregos no pico, Gabrielli chegou e disse que são 23.000. Quer dizer, perdemos de saída 103.000 empregos, agora os 23.000 são coisas do futuro também, não é pra hoje. Pra hoje são as demissões da Cerita, são as demissões de dezenas de outras pequenas empresas que estão sendo obrigadas a sair às pressas da região, estão fechando as portas, outras já fecharam, famílias expulsas sem receber o tratamento que a lei determina, que essas pessoas nessas situações recebam. Outra grande obra, vou concluir Senhor Presidente, deixarei pra amanhã outras obras. Mas já falamos de outra obra que está aí no blog do Luís Cardoso, nós comentamos, aqueles pagamento suspeitos, esquisitos, cheios de interrogação, ninguém sabe o que pagaram, ninguém sabe que empresa recebeu, pra que é que pagaram. No mês de julho foram mais são R\$ 122 milhões cujo destino nenhum cidadão maranhense, acessando o tal Portal da Transparência, e hoje da Transferência, não vai conseguir saber para aonde foram esses recursos. Agora Senhor Presidente, nós já vamos concluir o mês de outubro Deputado Chico Leitão, e o



mês de setembro, os gastos do mês de setembro ainda não se encontram no tal Portal da Transparência. Você acessa lá Deputado Marcelo, não tem nada. Então mês setembro, estão, talvez coletando dados, alinhando para colocarem ali o que quiserem. É um instrumento que hoje não tem nenhum valor, nenhuma confiabilidade. Então Senhor Presidente, vou encerrar, quero encerrar Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, prometendo que volto amanhã, mas dizendo que a grande obra deste governo está no campo da ficção.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS - Bloco Parlamentar Democrático, Deputado Stênio Rezende por 23 minutos.

O SENHOR DEPUTADO STÊNIO REZENDE (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, galeira, imprensa, internautas. O pior cego senhoras e senhores deputados, é aquele que não quer ver. E o Deputado Edivaldo Holanda, parece que não quer ver o que a Governadora Roseana Sarney está fazendo pelo Maranhão, ou então o deputado se limita a percorrer apenas algumas ruas, vamos assim dizer, aqui da Ilha de São Luís, talvez seria o percurso da Casa dele até o trabalho que ele desenvolve aqui na Assembleia. Mas, deputado eu vou citar aqui algumas obras que estão em pleno andamento; hospitais no município de Olho D'Água das Cunhãs, já está se levantando as paredes do Hospital Municipal de Olho D'Água das Cunhãs, do nosso querido município Olho D'Água das Cunhãs. Mais uma, anote aí deputado. Brejo de Areia, da minha querida amiga e Prefeita Ludmila, esposa do ex-prefeito Doutor Miranda, filha do ilustre, amigo e ex-prefeito Rosalino Silva, ali de Altamira do Maranhão, lá também Deputado Edivaldo, o hospital já começou, as paredes também já estão sendo levantadas. Anote aí deputado, mais outro. São Felix de Balsas, também já começaram a levantar as paredes, o Hospital Municipal Doutor Sebastião Martins no Município de São Felix de Balsas. Porque vai ser um hospital municipal e vai ser certamente transferido a pequena casa onde funciona o hospital para esse novo prédio. Hospital Municipal de São Felix de Balsas Doutor Sebastião Martins, um grande médico, atuou muitos anos em Floriano e em toda aquela região, mas eu vou falar também das estradas Deputado Edivaldo Holanda, eu dizia que o pior cego é o que não quer ver, anote aí Deputado! Nova Colina à Fortaleza dos Nogueiras, 20 km, já tem mais de 10 km prontinhos esperando só o pretinho chamado asfalto, e está andando muito bem a construção, a pavimentação da estrada de Nova Colina à Fortaleza do Nogueira, mais outra Deputado, anote aí, Paulo Ramos ao Entroncamento que dá acesso ao município de Marajá do Sena, Deputado Edivaldo Holanda, 24 km, a Construtora Terra Mata que ganhou a licitação deputado, esta lá fazendo a estrada e já tem hoje nobre colega e amigo Presidente Marcelo quase 10 km de estradas prontinhas esperando dentro de uma semana, dez dias começa a jogar o asfalto. Portanto, Deputado Edivaldo a governadora não está parada não, às vezes, as ordens de serviços são dadas e as empresas levam uma semana, duas para montarem os canteiros de obras, mas isso não quer dizer que está parado, quando se vai anunciar uma obra dessas passou por todo um processo. Primeiro; fazer o projeto, levantar o recurso, botar a votação, licitar até dar a ordem de serviço, mas mesmo assim quando se dá a ordem de serviço ainda leva um tempozinho para as máquinas funcionarem. Eu ouvi ontem que começou aqui a da Maioba, a MA-102, se não me engano o número. Deputado, eu vejo, às vezes, V. Ex.^a num alto e bom tom o timbre de sua voz discursos fortes e eu sei que V. Ex.^a faz isso com o sentimento de um líder de oposição. Deputado experiente, bom parlamentar, usa muito bem a tribuna. Mas é muito cedo para jogar pedra no governo que começou há seis meses, deixe chegar pelo menos até abril, maio do ano que vem, tem muito chão, V. Ex.^a deve estar perdido é com os números, os valores dos investimentos que vão ser investidos aqui no nosso Estado, V. Ex.^a, falou da Aciaria, da Suzano, da Refinaria e diz são empresas particulares, eu lhe digo deputado: são empresas que vão ajudar a transformar o Maranhão. São empresas que vão....

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Deputado Stênio Resende, V. Ex.^a, me concede um aparte?

O SENHOR DEPUTADO STÊNIO REZENDE – Com certeza Presidente.

O SENHOR DEPUTADO MARCELO TAVARES (aparte) - Esses investimentos foram alocados para o Maranhão neste governo de Roseana Sarney, ou nos governos que o Estado não foi comandado pelo grupo Sarney? Digo isso porque eu lembro, V. Ex.^a, também era da base do governo no período do Governador Jackson, eu não sei se V. Ex.^a esteve sim na assinatura daquele protocolo de intenções entre a Suzano e o Governo do Estado no Palácio dos Leões, se V. Ex.^a, não esteve, mas deve ter visto nos jornais, porque é de uma área de influência de V. Ex.^a, também politicamente, e eu queria também que V. Ex.^a me respondesse, se esse é governo que fez essas empresas vir para o Maranhão como tentam passar na imprensa?

O SENHOR DEPUTADO STÊNIO REZENDE – Deputado Marcelo, acompanhei atentamente essa evolução desde o início, na tentativa dessas empresas investirem aqui no Maranhão, é claro que não se começa uma obra de um dia para noite, tem todo um planejamento, certamente as portas do Maranhão despertaram para as grandes empresas, para o Brasil e para o mundo, há mais tempo que seis meses atrás, um ano, dois, três, quatro, cinco anos atrás. Essa turma anda muito na frente, agora é que tem que louvar, se a Governadora está no Governo do Estado no momento, nesta hora, neste exato instante, são méritos dela, se a empresa chega hoje com esses recursos para jogar e investir no nosso Estado, ela tem que perfeitamente como parceira que o governo dela é, de se aliar a esses investimentos. É claro que ela sabe que o Maranhão vai ganhar com tudo isso, não resta à menor dúvida, mas eu também chamo a atenção deputado para essa parte do Maranhão, a parte do Maranhão do Sul.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputado Stênio?

O SENHOR DEPUTADO STÊNIO REZENDE – Pois não líder, com a palavra o Deputado Milhomem.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM – O que precisa ser dito também é o seguinte: você sabe por que não veio para cá a famosa siderúrgica? É porque os governos que nos antecederam, não tiveram ou não mostraram agilidade para fazerem os processos que lhe competiam, os atrasos, e até que eu concordo em parte com o Deputado Marcelo, mas as coisas não funcionaram e só estão vindo agora realmente porque houve agilidade do governo para licenciamento, e vamos fazer até aqui um elogio ao prefeito de Bacabeira que se prontificou imediatamente, e antes ficava assim na língua, língua, do empurra para cá, do empurra lá, existia um secretário de meio ambiente, que só funcionava a pesos, bem pesados, então as coisas eram muitos difíceis, isto que eu estou lhe dizendo eu não ouvi de deputado, eu não ouvi da Governadora, eu não ouvi de membro do governo, eu ouvi em uma conversa particular dos próprios empresários, essa é a verdade que precisa ser dita, não estou aqui acusando o ex-governador Tavares, e nem o Lago, mas eles foram apenas omissos, omissos por que deixaram que seus secretários assumissem papéis nem sempre honrados, e deixar ao Lúcifer para ver o quê que acontecia, essa é que é a verdade.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Deputado Stênio me permite um aparte? Eu admiro o Deputado Milhomem, porque ele não foge do bom combate, ele faz a defesa que ele entende que é correta e acredita no que diz, mesmo até em francês, ele acredita no que digo, eu admiro o Deputado Milhomem,



tenho a satisfação de ser amigo dele, e é um dos políticos bem intencionados do Estado, mas nessa questão da refinaria, aliás, da siderúrgica ela é nobre de ficção, o Deputado Milhomem diz que ela não veio para o Maranhão, e ela foi para onde, Deputado Stênio?

O SENHOR DEPUTADO STÊNIO REZENDE – Espírito Santo.

O SENHOR DEPUTADO MARCELO TAVARES – Eu convidei V. Ex.^a para ir lá comigo para ver se ela ainda está lá no Espírito Santo. Essa siderúrgica nunca veio para lugar nenhum e nem vai vir, nem essa, nem a do Pará, nem a do Ceará, porque a Vale do Rio Doce como exportadora de minério ela vende o minério, as grandes empresas siderúrgicas do mundo compram o minério para transformar em aço, então na medida em que a Vale sai deste mercado e passa a querer fazer aço, ela desagrada a todos seus grandes consumidores, e passa a concorrer com quem lhe compra o minério, isso é fato. Então a Vale tem dificuldade realmente de levar adiante grandes empreendimentos siderúrgicos, ela pode participar de empreendimentos com uma participação menor, mais comandar esses empreendimentos é muito difícil, você vai ver com muita dificuldade a Vale fazer esse papel. E aí quando ela não comanda, fazer uma siderúrgica no Maranhão e no Pará sem a Vale ter controle, qualquer outra empresa que venha para cá, será dependente do preço do minério que a Vale quiser cobrar. Então as empresas também tem dificuldades para vim, é uma questão de mercado, tanto é verdade que está na imprensa toda que o Lula quer botar o Eike Batista agora para mandar na Vale do Rio Doce, o sinal para o grupo do Deputado Milhomem vai ser muito bom, porque deve aumentar as contribuições na campanha, porque o Eike é um dos grandes doadores do grupo do deputado, é o maior doador, parece que só ele deu mais de um milhão de reais, ele, ele, não é a empresa a EBX, a não sei o que X, é ele, Eike Batista. Então essa Siderúrgica não veio para cá não foi por causa do José Reinaldo, não foi por causa do Jackson, ela não foi para lugar nenhum, e é o que o Presidente da PETROBRAS diz e que muita gente não quer dizer, mas ele fala que são cinco Refinarias, cinco, na Bahia, aqui no Ceará, no Rio Grande do Norte, aonde tem Estado tem Refinaria, são cinco, e aí o oba-oba, como é aqui, não é do Senador Lobão, que para mim não pode ser acusado de fazer uso político, porque ele como político no Maranhão a obrigação dele é essa mesmo, é de atrair esse investimento. Só acho que, depois que o ministro Milhomem, desculpe Deputado Milhomem, desculpe não, acho que V. Ex.^a não fica insatisfeito de ser comparado por Lobão e lhe promover a ministro, Senador da República. Mas a hora que o Senador Lobão deixar o Ministério de Minas e Energia, olhe aí é que a classe política do Maranhão tem que se unir e continuar fazendo força, para que a Refinaria de fato se torne realidade e uma década, como é o prazo mínimo e razoável de qualquer empreendimento desse porte, aí é que nós precisamos fazer, porque a hora que o Lobão sair do Ministério, nós perdemos um dos grandes incentivadores desta Refinaria no Estado.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM. – Deputado Stênio.

O SENHOR DEPUTADO STÊNIO REZENDE – Pois não deputado Milhomem, com a palavra.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM (aparte) – Na hora que eu entrei aqui na sessão o Deputado Marcelo me fez uma explicação a respeito da Refinaria, que ele está desdizendo agora. Parece que o Deputado Marcelo é um dos que não acredita na Refinaria. Ele me disse o contrário, e agora aqui está dizendo, me fez lembrar o velho Ulisses Guimarães, mas tudo bem. Deixe eu lhe dizer: Deputado Marcelo, já foram feitas várias licitações para as obras preliminares, já foi feita toda a sondagem do terreno, perfuração para ver a composição do solo etc., etc., o serviço de desmatamento, que a Deputada Helena não me ouça, porque vai tirar

aquela vegetação e os pés de babaçu de lá, já foi feita a licitação, tem até o valor da licitação, eu vi a licitação, já tem uma empresa contratada para fazer a segurança da área. Então o que está se querendo dizer, aí eu vou meter o Lula no meio, que o Governo do Lula é irresponsável, está gastando dinheiro para enganar uma meia dúzia de pessoas lá da Bacabeira, a nós deputados; e não é isso. Vamos acreditar, vamos torcer, e eu que sou muitas vezes crítico de algumas ações, mas lhe digo, eu acredito. E tem mais uma, talvez surja um novo porto, porque o que se está querendo fazer, ao invés dos berços para aporte de navios, se construir um Porto para Refinaria e já tem até a Licença Ambiental, isso é que tem que se acreditar e ainda vem o Deputado Marcelo dizer que no futuro nós temos que nos unir, aí eu aqui Deputado Edivaldo Holanda, eu velinho. Será que no futuro eu ainda estou aqui para defender a Refinaria?

O SENHOR DEPUTADO STÊNIO REZENDE – Muito bem, Deputado Líder Milhomem, Deputado Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES - Deputado Stênio eu não estou querendo atrapalhar o pronunciamento de V. Ex.^a, mas o Deputado Milhomem sempre me cita.

O SENHOR DEPUTADO STÊNIO REZENDE – Concedo o aparte ao deputado.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES (aparte) – Deputado Milhomem faz referência a uma conversa que nós tivemos, até particular, mas eu não vou cometer esse mesmo erro dizer o que ele me disse da licitação, lá do que foi feito, o que eu quero colocar é que eu sempre fui favorável a Refinaria da PETROBRAS. Acredito Deputado Milhomem, acredito, acredito, o que eu sou contrário, é tentar passar para a população de que ela está aí para começar amanhã, que esses empregos vão ser gerados amanhã, Deputado Milhomem V. Ex.^a, é um homem extremamente inteligente, extremamente inteligente, digamos, amanhã começamos o desmatamento, tira-se a cobertura vegetal lá de Bacabeira, babaçu vai embora em nome do progresso, e faz-se a limpeza, depois de amanhã começa a terraplanagem, aí como V. Ex.^a, disse, os buracos já estão feitos fazemos o muro, logo depois do muro se coloca aquela placa bem grande na BR-135 Refinaria Premium, 150 mil empregos, mas vai ser, não vai demorar, Deputado Milhomem, Deputado, já tinha posto, e aí se coloca lá, aí eu lhe pergunto Deputado Milhomem; Vão fazer o que depois da terraplanagem, depois da limpeza do terreno? Porque o Presidente da Petrobrás não tem projeto, ainda vão fazer. Lá em Pernambuco está há dois anos, com terreno limpo, terraplanagem máquina bota para cá, tira de lá bota para cá, chove bota de novo, vão fazer o quê Deputado Milhomem. Cadê o projeto para começar? Então é isso que é preciso que coloquem para a população, vocês querem mostrar que a Refinaria está começando amanhã, que já vão ter os 150 mil empregos, e não é assim não é todos nós sabemos disso para que insistir botar, tentar passar para a população que já começaram e aí Deputado Milhomem eu pergunto; Cadê a duplicação da BR-135, cadê?

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Estão trabalhando deputado, estão fazendo a BR-135 tem muita gente fotografando todo dia que eu passo por ali deputado.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES (aparte) – Ai eu pergunto já que os empregos vão começar amanhã cadê qualificação do trabalhador maranhense cadê os cursos universitários de formação?

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Se V. Ex.^a tivesse indo para a reunião aqui, é não foi



falado isso tudo claramente não foi pela Roseana não, foi falado pelo presidente da Petrobras.

O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO GOMES - Deputado Stênio Rezende me concede um aparte?

O SENHOR DEPUTADO STÊNIO REZENDE – Concedo o aparte ao Líder do Governo.

O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO GOMES – Deputado V. Ex.^a foi brilhante nessa tarde de hoje, trouxe á tona uma discussão interessantíssima hoje aqui dentro da Assembleia, e agente percebe claramente quem pensa com otimismo o futuro do Maranhão e quem joga toda uma carga negativa de que essas obras retardem, e não seja realizada. Então nós temos que pensar é com otimismo, nós temos que pensar é com esperança, mas nós temos que agir efetivamente aqui dentro desta Casa também, nós temos que cuidar que todas essas obras que estão sendo realizadas, estão sendo realizadas por iniciativa privada, muitas delas, todas elas traz algum impacto ambiental ao nosso Estado, ou na questão da paisagem que será ali destruída com árvores e com florestas, ou na poluição do nosso ar, da nossa atmosfera que com certeza todas elas trazem isso, e nós temos que vê que elas sejam construídas com todo o cuidado para que as tecnologias mais modernas evitem que essa população se propague para muitos países como a China que está por aí. Então nós temos que pensar é com otimismo com nessas nossas obras, nós temos que pensar é nessa questão dos impactos que vai trazer a nossa sociedade, entre eles a necessidade de preparação de mão de obra, entre eles a construção civil para abrigar tantos e tantos que virão para o Maranhão, virão para São Luís, e para municípios em torno dessa Refinaria de tantas e tantas outras empresas que virão como vieram também em outros estados em torno de uma Refinaria como esta, nós temos que pensar é nesta compensação ambiental causada, gerada por esses impactos para que essas empresas deixem, e que o Estado controle a aplicação dos recursos necessários para que esses impactos sejam recompensados, sejam compensados com investimentos maciços na preservação ambiental, no desenvolvimento da nossa terra, do nosso Estado do Maranhão é isso que nós devemos pensar e vamos pensar com otimismo na geração de empregos, são milhares e milhares de empregos, vamos discutir isso aqui, vamos discutir a formação dessa mão-de-obra, é isso que devemos fazer. Nós temos que pensar grande, num Maranhão grande e não pequeno, dizer que foi fulano quem começou, fulano quem iniciou, vamos pensar grande o nosso Maranhão. Era esse nosso aparte, deputado.

O SENHOR DEPUTADO STÊNIO REZENDE – Muito bem, Deputado Chico Gomes.

O SENHOR DEPUTADO MARCELO TAVARES – Deputado Stênio, permita-me já que o Deputado Francisco Gomes tomou minha palavra e nem esperou eu concluir, V. Ex.^a. sempre muito gentil. Mas, olha, essa campanha ufanista aí que o Deputado Chico Gomes coloca agora como se estivéssemos jogando um sentimento negativo, é a mesma que a Ditadura usava naquela época: ‘Eu te amo, meu Brasil, eu te amo’. Quer dizer, ame-o ou deixe-o. É a coisa de não fazer crítica. E naquela época a Ditadura também, para passar por cima de todo mundo, para matar os militantes da esquerda, para matar os comunistas, para matar quem era contra a Ditadura usava esse discurso, do Brasil grande, do Brasil desenvolvido, do oba-oba, do ame-o ou deixe-o. Foi assim que mataram milhares de brasileiros que não aceitam a crítica, que não aceitam a discordância, que não aceitam a voz alternativa. É isso aí. Que não tem mais meio ambiente, que não tem rio, que não mais nada, é o ame-o ou deixe-o. É o Maranhão grande, das grandes obras e sem nenhum recurso para saneamento. Esse governo que está aí não tem nenhum programa social digno, não tem nenhum, tem poucas estradas sendo, não tem nenhum programa: não tem mais saúde na escola, não tem mutirão da cidadania, não tem nada, querem fazer uma

refinaria e não tem um programa sério de qualificação de mão-de-obra ainda, porque o Maranhão não serve para dar os bons funcionários, os funcionários graduados, não tem. É o ufanismo do oba-oba, do Maranhão grande. Todo maranhense quando acorda e liga a televisão se sente rico. Rapaz, aqui tem muito empreendimento. E ali não tem arroz nem feijão para botar na panela. É isso que querem fazer, a República é o mesmo sentimento da Ditadura, é o mesmo sentimento que justificou matar muita gente, era o ame-o ou deixe-o, é o querem fazer com o Maranhão. Amemos ou abandonemos. Nós que somos contra, vamos sair daqui Deputado Edivaldo Holanda, vamos embora. Vamos para o Piauí, para Alagoas, para o Ceará, como mais de 900.000 maranhenses já fizeram, Deputado Edivaldo Holanda. Aqui não pode ter crítica. E escuto isso de um deputado que sempre acreditei muito, que era um dos que lutava contra a Ditadura naquela época. Então é esse o ambiente, o Deputado Stênio fala de 3 ou 4 obras, cadê uma obra de saneamento, Deputado Stênio? Me diga um sistema de abastecimento sério neste Estado? Hospital que realmente já está funcionando? Qual foi o que foi melhorado seus serviços? O Hospital Geral? Nós ainda vamos contar as histórias desses hospitais aqui, Deputado Edivaldo, vamos nos dedicar para contar a história desses hospitais aqui, como é que eles estão sendo administrados. Esse Carlos Macieira vai ser o primeiro, Deputado Chico Gomes, V. Ex.^a... olha, que eu conheço V. Ex.^a. Vossa Excelência vai ficar com o coração pequeno quando V. Ex.^a souber das coisas que estão acontecendo naquele Carlos Macieira.

O SENHOR DEPUTADO STÊNIO REZENDE – Bom, acabaram os apartes. E eu quero dizer ao Deputado Marcelo Tavares...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Deputado Stênio Rezende, o senhor tem mais dois minutos para concluir.

O SENHOR DEPUTADO STÊNIO REZENDE – Muito obrigado, Presidente. Dizer que o Deputado Marcelo Tavares, nobre Presidente desta Casa, exerce com muita eficiência o papel de Líder de Oposição. Muito competente, não resta à menor dúvida, mas não posso aceitar calado dizer que vivemos a era do ufanismo, da Ditadura. Porque realmente vivemos hoje cheios de esperança, podemos gritar sim, ‘eu amo meu Maranhão, amo meu Brasil’, etc, mas diferentemente do que ocorria na Ditadura Militar quando morriam várias pessoas por esse Brasil afora, está se tentando é salvar vidas com esses investimentos, trazendo emprego e renda para muitas e muitas pessoas. E é claro que com esses empreendimentos vai ter vir antes toda a preparação e qualificação de uma grande parte de maranhenses, não resta a menor dúvida. Mas quero senhoras e senhores, dizer que eu ia falar a respeito da região Sul do Maranhão, do papel socioeconômico e político que representa para o Estado do Maranhão de hoje. Vou deixar para outra oportunidade. Quero agradecer os apartes que sem dúvida nenhuma ajudaram e enriqueceram aqui o nosso pequeno pronunciamento, mas dizer que as poucas obras que citei é porque são nas cidades, é na região Médio Mearim, na região Sul onde atuo politicamente, mas não tenho um pingão de dúvida que em outras regiões do Estado já tem sim, obras acontecendo. Eu ouvi há pouco o nobre deputado, líder da Oposição Edivaldo Holanda, dizendo a de Porto Rico. Então é claro que o Maranhão tem, não estão é ainda na sua plenitude daquilo que a governadora já anunciou com seus secretários. Mas quero também Deputado Marcelo, parabenizar pela forma como V. Ex.^a coloca as palavras até, às vezes, respeitadas pelo carinho e a maneira educada que V. Ex.^a sempre se comportou. Eu quero dizer que na área social, V. Ex.^a vai já ver, tem aí quatro programas sociais chegando a esta Casa, de grande alcance, talvez V. Ex.^a não tenha aí o conhecimento, mas, sem dúvida nenhuma, vai ajudar melhorar a qualidade de vida de muitos maranhenses, vão atingir os mais necessitados, eles já estão prontos e certamente desta semana para próxima irão chegar a esta Casa. Muito obrigado, Deputado Marcos Caldas.



O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Pela Liderança da Oposição, Deputado Edivaldo Holanda, cinco minutos, sem apartes.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, galeria, Comitê de Imprensa, internautas, funcionários, líderes do governo ocultos, não estão mais na Casa nem Chico Gomes, nem Carlos Alberto Milhomem.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Deputado, não tem mais nem quórum.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA – Não, Presidente, eu preciso dar uma resposta aqui.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Tem o seu tempo.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA – Mas se encontra, o Deputado Stênio Rezende saiu. Então, esse é o governo, essa é a obra, inclusive no Plenário desta Casa, é obra de ficção, não existe liderança do governo, não existe liderança da bancada da maioria, e os membros da bancada que se arvoram ir à Tribuna, correm para nem sequer ouvir a resposta, falta de respeito, falta de segurança, falta de informações, porque não tem o que dizer, porque não tem o que defender. Ora, Deputado Presidente Marcelo Tavares, eu estava notando as obras e me dirijo aqui ao Comitê de Imprensa, que é quem informa à população, não sei se vocês anotaram as obras que foram descritas pelo Deputado Stênio Rezende, ele começou a falar sobre os 64 hospitais, que, segundo ele, já iniciaram. Então, ele conseguiu dizer o seguinte: Olho D'Água das Cunhãs, São Félix de Balsas e Brejo de Areia; dos 64 três, segundo ele, estão começando as paredes, e cadê os 61 outros hospitais, Deputado Stênio Rezende? Agora, as grandes obras de asfaltamento, ele conseguiu citar: Nova Colinas à Fortaleza dos Nogueiras, 20 km, Paulo Ramos à Entroncamento, 24 km, 44 km dentro os 1500 km que Chico Gomes conseguiu falar, mas apenas como palavras e não como obras realmente que estejam sendo feitas pela Senhora Governadora. O líder da maioria, Deputado Alberto Milhomem, ele diz que as obras de duplicação da BR-135 já começaram, estão fotografando, Deputado Marcelo, a BR-135, é o início das obras de duplicação daquela BR para o Nobre Deputado Carlos Alberto Milhomem. Enfim, essa seria a grande obra dos seis meses do Governo Roseana, Deputado Hélio Soares, que vergonha, que coisa triste para esse Maranhão, que consegue ser o segundo Estado mais pobre do Brasil, e agora nós vamos ficar numa posição, Deputado Presidente Marcelo Tavares, não se sabe aonde, porque se for por este Governo, tudo indica que as obras ficarão na esfera da iniciativa privada. E isto nós já temos. Nós temos a presença, graças a Deus, nesse Estado e aos Governos Zé Reinaldo e Jackson Lago, como muito bem lembrou o Presidente Marcelo, devemos a eles a quebra da ruptura de 40 anos de Governo, nós tivemos o despertar de grandes grupos que chegaram aqui nesse Estado e que começam a se consolidar, mas essas obras estão sendo obras segundo a televisão, dos seis meses do Governo Roseana Sarney. Então, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, nós iremos voltar amanhã, vamos tentar o Grande Expediente para continuar a falar desta obra de ficção que se implantou há seis meses nesse Estado, esta obra virtual que segundo já foi lembrado neste Plenário, o Senador Cafeteira afirmava, nos governos iguais para trás nos dois governos, que era o governo que iniciava quando se ligava a televisão e acabava quando se desligava o aparelho de TV. O Maranhão merece sorte melhor, o Maranhão merece um destino melhor, e nós temos fé em Deus que essa oportunidade Senhoras e Senhores Deputados irá surgir outra vez com as eleições de 2010 e o povo haverá de chegar de volta ao Palácio dos Leões, o povo haverá de governar outra vez este Estado.

VI – EXPEDIENTE FINAL.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Deputado Marcelo Tavares por dez minutos com direitos a apartes.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO STÊNIO REZENDE – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Resumo da Ata da Centésima Décima Segunda Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em quinze de outubro do ano dois mil e nove.

Presidente, em exercício, Senhor Deputado Camilo Figueiredo. Primeiro Secretário, em exercício, Senhor Deputado Rigo Teles. Segundo Secretário Senhor Deputado Valdinar Barros.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os Deputados: Alberto Franco, Antônio Carlos Bacelar, Antônio Pereira, Camilo Figueiredo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Cleide Coutinho, Chico Leitão, Domingos Paz, Edivaldo Holanda, Eliziane Gama, Fábio Braga, Gardênia Castelo, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Joaquim Nagib Haickel, José Lima, Jura Filho, Manoel Ribeiro, Marcelo Tavares, Nonato Aragão, Pavão Filho, Penaldon Jorge, Rigo Teles, Rubens Pereira Júnior, Stênio Rezende, Valdevino Cabral, Valdinar Barros e Victor Mendes, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, determinando a leitura do texto bíblico, do resumo da Ata da Sessão anterior, que foi considerada aprovada, do expediente que foi encaminhado à publicação e concedeu a palavra no Pequeno Expediente aos Deputados: Rigo Teles, Rubens Pereira Júnior, Edivaldo Holanda, Chico Leitão, Pavão Filho, Jura Filho, Eliziane Gama e Helena Barros Heluy. Na Ordem do Dia a Proposta de Emenda Constitucional nº. 009/09 foi transferida pela ausência de “Quorum” especial. O Projeto de Lei nº. 059/09, do Poder Executivo teve sua discussão encerrada encaminhado a Comissão de Orçamento. Em seguida foram aprovados em primeiro turno, tramitação ordinária, o Projeto de Lei nº. 139/09, de autoria do Poder Executivo; a Media Provisória nº. 054/09, de autoria do Poder Executivo; em primeiro turno, o Projeto de Resolução Legislativa nº. 040/09; o Parecer nº. 239/09, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, contrário ao Projeto de Lei nº. 174/09, foi aprovado; foram ainda aprovados os Requerimentos nº. 305 e 307/09, de autoria do Deputado Carlos Alberto Milhomem; nº. 308/09, de autoria do Deputado Pavão Filho; nº. 309/09, de autoria do Deputado Alberto Franco; nº. 310/09, de autoria do Deputado Rubens Pereira Júnior; nº. 311/09, de autoria do Deputado Afonso Manoel; nº. 312, 313 e 320/09, de autoria do Deputado Victor Mendes; nº. 315/09, de autoria da Deputada Cleide Coutinho; nº. 317, 321 e 329/09, de autoria da Deputada Helena Barros Heluy; nº. 322/09, de autoria do Deputado Manoel Ribeiro e nº. 331/09, de autoria do Deputado Edivaldo Holanda. A Mesa Diretora deferiu o Requerimento nº. 333/09, de autoria do Deputado Pavão Filho. O Requerimento nº. 306/09, de autoria do Deputado Rigo Teles, ficou prejudicado em consequência da data. O Requerimento nº. 332/09, de autoria da Deputada Márcia Marinho, foi transferido pela ausência da autora. No primeiro horário do Grande Expediente ouviu-se a Deputada Graça Paz. No tempo destinado ao Bloco Parlamentar Democrático – BPD falaram os Deputados Manoel Ribeiro, Antônio Carlos Bacelar e Joaquim Nagib Haickel. Pelo Bloco Parlamentar Progressista – BPP falaram os Deputados Marcelo Tavares, Edivaldo Holanda, Helena Barros Heluy, Chico Leitão e Valdinar Barros. Pela Liderança do Bloco o Deputado Marcelo Tavares. No horário do Expediente Final falaram os Deputados Joaquim Nagib Haickel, Antônio Carlos Bacelar e Edivaldo Holanda. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente, em exercício, Deputado Valdevino Cabral encerrou a Sessão determinando que fosse lavrada a presente ata, que lida e



considerada aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manoel Bequimão em São Luís, 19 de outubro de 2009.

Ata da Centésima Sétima Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia cinco de outubro do ano de dois mil e nove.

Presidente, em exercício, Senhor Deputado Marcos Caldas.

Primeiro Secretário, em exercício, Senhor Deputado Victor Mendes.

Segundo Secretário, em exercício, Senhor Deputado Rubens Pereira Júnior.

Às dezesseis horas presentes os Senhores Deputados: Alberto Franco, Arnaldo Melo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Cleide Coutinho, Domingos Paz, Edivaldo Holanda, Eliziane Gama, Fábio Braga, Fátima Vieira, Francisco Gomes, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, Janice Braide, José Lima, Marcelo Tavares, Marcos Caldas, Nonato Aragão, Pavão Filho, Rigo Teles, Rubens Pereira Júnior, Stênio Rezende, Valdevino Cabral e Victor Mendes. Ausentes: Afonso Manoel, Antônio Carlos Bacelar, Antônio Pereira, Camilo Figueiredo, Carlos Filho, Gardênia Castelo, Graciete Lisboa, Joaquim Nagib Haickel, João Batista (com justificativa), João Evangelista, Jura Filho, Manoel Ribeiro, Márcia Marinho, Paulo Neto, Pedro Veloso, Penaldon Jorge e Valdinar Barros, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão. “Em nome do povo e invocando a proteção de Deus”. Determinou a leitura do texto bíblico, do resumo da Ata da Sessão anterior, que foi considerada aprovada e do seguinte expediente: Projeto de Lei nº. 194/09, encaminhado pela Mensagem Governamental nº. 075/98, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Maranhão para o exercício financeiro de 2010. Projeto de Lei nº. 196/09, do Deputado Alberto Franco, que considera de utilidade pública a Associação Cultural Bloco Tradicional “Os Magnatas”, no Município de São Luís. Projeto de Decreto Legislativo nº. 007/09, da Deputada Eliziane Gama, que concede Medalha Manoel Bequimão, ao Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Franklin Pachêco Silva. Requerimento nº 318/09, do Deputado Pedro Veloso, solicitando que sejam justificadas as suas ausências das Sessões Plenárias, realizadas no período de 02 a 17 de setembro do corrente ano; 319/09, do Deputado Carlos Alberto Milhomem, solicitando que sejam inseridos nos Anais da Casa, Nota de Repúdio da Liga Independente do Bumba meu boi do Maranhão; 320/09, do Deputado Victor Mendes, ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho e ao Prefeito do Município do Rio de Janeiro, Eduardo da Costa Paes, pelo brilhante trabalho realizado juntamente com o Comitê Olímpico Brasileiro, em torno da realização dos jogos olímpicos no Brasil. Indicações nºs. 601/09, do Deputado Alberto Franco, solicitando que seja encaminhado ofício aos Senadores e aos Deputados Federais que compõem a Bancada do Maranhão no Congresso Nacional, solicitando providências, no sentido de hipotecarem apoio ao Projeto de Lei nº. 196/09, de iniciativa da Senadora Patrícia Saboya, do Ceará, que garante um Piso Salarial Nacional de R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais) aos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e aos Agentes de Combate a Endemias - ACE; 602/09, do Deputado Edivaldo Holanda, ao Prefeito Municipal de São Luís, Senhor João Castelo, solicitando que determine a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, a executar serviços de recuperação de galerias, meio fio, asfaltamento e calçamento das Ruas do Bairro da Vila Nova, localizado na Ponta do Bonfim, na área do Itaqui-Bacanga. Não havendo mais matéria sobre a Mesa para leitura o Senhor Presidente deferiu as indicações acima mencionadas, encaminhou o expediente à publicação e concedeu a palavra no horário do Pequeno Expediente ao Deputado Nonato Aragão que lembrou a

realização da Audiência Pública na próxima sexta-feira dia 09, às 9:00 horas, na Assembléia Legislativa, para tratar dos problemas envolvendo a telefonia móvel no Maranhão. O Deputado ressaltou a importância da discussão do assunto, não apenas por parlamentares, mas por toda a sociedade, e principalmente pelos consumidores que estão se sentindo lesados pela ausência ou pela qualidade dos serviços de telefonia móvel, prestados em todo o Maranhão. Lembrou que a Audiência Pública, contará com a presença da Promotoria de Defesa do Consumidor, do PROCON e de outras autoridades e entidades que, assim esta Casa, estão empenhados em discutir por que o Maranhão é o Estado que possui o pior serviço de telefonia móvel celular do país, mas paga um preço bastante elevado por um serviço que não contempla suas necessidades. Por fim, o Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor fez um apelo para que a sociedade compareça a audiência e faça suas reclamações para as autoridades e representante das Operadoras que estarão presentes para recebê-las. Com a palavra o Deputado Victor Mendes destacou a escolha do Rio de Janeiro para realização das Olimpíadas de 2016, justificou requerimento ao Presidente da República, ao Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, e ao Prefeito do Município do Rio de Janeiro, pela conquista histórica e externou seus cumprimentos a toda a nação brasileira, em especial ao povo carioca e a todos, cujo empenho, foi fundamental no processo de articulação que resultou nesta conquista. O Deputado Marcos Caldas, no uso da Tribuna, comunicou seu ingresso no PRB, agradecendo a acolhida de todo Diretório Estadual do partido e do seu Presidente, Deputado Federal Cleber Verde e reforçou sua disposição de lutar em defesa do bem comum e de uma sociedade mais livre. Ele justificou a sua saída do PT do B, partido que o elegeu em 2006, alegando ter sido perseguido e discriminado no âmbito regional do partido. Por essa razão, entrou com uma ação pedindo seu desligamento, junto ao Tribunal de Justiça, que lhe concedeu liminar dando-lhe garantias para que pudesse se afastar do partido até o julgamento do processo. Por sua vez, o Deputado Francisco Gomes usou a palavra para comentar sobre a instalação da Refinaria Premium da Petrobrás, no Município de Bacabeira. Ele defendeu a importância da Audiência Pública, confirmada para acontecer no dia 08 de outubro, no Plenário da Assembléia Legislativa, para discutir o projeto de instalação da Refinaria Premium da Petrobrás. Para este Parlamentar, esta é uma oportunidade singular para que sejam analisadas todas as implicações de um empreendimento dessa dimensão. No que tange a especulação da mídia sobre o local dessa audiência, o Líder do Governo declarou que esta Casa não pode se omitir diante de assunto de tamanha relevância, disse que apenas a data do evento foi adiada de 24 de setembro para 08 de outubro, para atender a solicitação do Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, em função de um problema de agenda, visto que, no mesmo dia e hora, a Câmara Municipal de São Luís, promove um fórum de debate sobre o mesmo tema. Sendo assim, o Ministro Edison Lobão, assim como, os técnicos do seu ministério e dirigentes da Petrobras ficariam impossibilitados de participarem dos dois eventos. Em seguida o Deputado Domingos Paz justificou o envio de ofício ao Prefeito João Castelo, cobrando soluções para os problemas de infraestrutura enfrentados pela comunidade de Santa Bárbara, localizada na Zona Rural de São Luís. Ele afirmou que esses problemas já foram denunciados, mas não foi solucionado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, o que levou os moradores interditarem as ruas de acesso à comunidade para protestar contra o descaso da Prefeitura de São Luís. Segundo o Deputado Domingos Paz, a comunidade enviou ofício ao Prefeito João Castelo, pedindo serviços públicos de infraestrutura, como asfaltamento, drenagem e meio fio e outros, o Secretário de Infraestrutura chegou a visitar a comunidade, prometeu resolver os problemas, mas não cumpriu. Por fim, o Deputado apelou para o Prefeito de São Luís, para que incluía esses serviços na sua programação, porque a precariedade da estrada que dá acesso à comunidade está dificultando o tráfego de ônibus. Posteriormente o Deputado Rigo Teles fez uso da palavra para conchamar seus colegas para participarem da Audiência Pública, marcada para a próxima sexta-feira dia 09, na Assembléia Legislativa, para dis-



cutir os problemas registrados sobre a telefonia móvel no Maranhão. Ele lembrou que para o evento foram convidados representantes das empresas Oi, Tim e Vivo conclamou os Parlamentares e a população representantes do povo, para cobrar as soluções das empresas de telefonia móvel que, na sua avaliação, visam o retorno financeiro, sem respeitar os direitos dos consumidores maranhenses. Ele concluiu seu discurso pedindo a Mesa Diretora da Assembléia que dê todas as condições para que a Audiência Pública aconteça, e desse encontro saia uma solução para o caos vivido pelos usuários da telefonia móvel. Em seguida, ouviu-se o Deputado Edivaldo Holanda que também falou sobre a nova data para realização da Audiência Pública, marcada para acontecer no dia 8 de setembro nesta Casa, para discutir a implantação da Refinaria Prêmios no Maranhão. Cujas datas foram marcadas para o dia 08 de outubro, por solicitação do Ministro da Minas e Energia, Senador Edison Lobão, que, na mesma data, deverá participar de um fórum na Câmara de São Luís para tratar do mesmo tema. Finalizando o tempo do Pequeno Expediente o Deputado José Lima agradeceu as palavras do Deputado Victor Mendes, de acolhimento ao Partido Verde-PV, quando disse que será um soldado da legenda na luta, juntamente com os seus companheiros de partido, pela preservação do meio ambiente, além de trabalhar na elaboração de mecanismos que disseminem entre os maranhenses o cuidado que todos devem ter com a natureza. Prosseguindo na Tribuna, o Deputado José Lima informou que vai reapresentar Projeto de Lei para apreciação deste Poder, que institui a implantação do Conselho Escolar Ambiental em toda a rede estadual de ensino. Ele explicou que durante seu primeiro mandato apresentou proposta de igual teor, que acabou não sendo aprovada sob a argumentação equivocada de que o projeto traria despesa para o Poder Executivo Estadual, sendo assim, de iniciativa do Poder Executivo. Não havendo mais oradores inscritos neste turno dos trabalhos, o Senhor Presidente declarou aberta a Ordem do Dia informando que não havia “quorum” regimental para apreciar a matéria que ficou transferida para a próxima Sessão Ordinária. O primeiro horário do Grande Expediente foi utilizado pelo Deputado Rubens Pereira Júnior que fez referência à passagem da data de comemoração dos 20 anos da promulgação da Constituição Estadual. A Lei Maior do nosso Estado, nascida de diversos embates políticos da época, mas sem dúvida alguma, tem um papel importantíssimo na sociedade maranhense. Em seu discurso, o Deputado presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) fez uma referência ao historiador, jornalista e desembargador aposentado Milson Coutinho, autor da obra Constituições Políticas do Estado do Maranhão, onde faz um relato histórico de todas as constituições políticas do Estado do Maranhão. O Parlamentar da Tribuna observou que a Constituição Estadual de 1989, esta longe da perfeição, mas representa um grande avanço em relação a Constituição Militar Estadual de 1987. O Parlamentar lembrou que à época elaboração da Constituição Maranhense foi nomeado um corpo jurídico auxiliar formado pelos advogados: Celso Barros Coelho, Pedro Leonel Carvalho, Diomar Bezerra Lima e Milson Coutinho. Esta Constituição não nasceu dentro do Poder Executivo, como a maior parte das nossas leis. É uma Constituição cidadã, nascida exclusivamente através dos representantes do povo no Poder Legislativo e pela Sociedade Civil. Na atual legislatura, o Deputado Rubens Pereira Júnior lembrou que os Deputados Carlos Braide e o deputado licenciado Ricardo Murad são os únicos remanescentes da Constituinte de 1989 no Estado. Além dos Parlamentares Constituintes o Deputado Rubens Júnior se lembrou de todos os servidores da Casa que trabalharam durante a elaboração da Constituição Estadual. Na Secretaria Geral da Mesa: Bráulio Nunes de Souza Martins, Luiz Gonzaga Neto, Carlos Augusto Ferreira Verde, Raimunda do Carmo Cordeiro, Elzane Abreu Costa Leite, José Raimundo Ferreira Verde. Secretárias de Comissão: Maria das Dores Magalhães, Silvana Roberta Amaral, Glacimar Sampaio, Regina Maria de Paula Garcia e Elizabeth Lisboa. No tempo destinado ao Bloco Parlamentar Democrático – BPD, o Deputado Alberto Franco informou aos colegas, a sociedade e a imprensa, que na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, vai participar de um encontro nacional que acontecerá em Manaus, para tratar sobre

mudanças climáticas, acompanhado de um consultor técnico da Comissão de Meio Ambiente para tratar, e representar o Parlamento do Maranhense naquele encontro onde apresentará, como contribuição, um Projeto de Lei, já protocolado na Assembléia Legislativa, que institui a Política Estadual de Combate e Preservação da Desertificação. O Parlamentar aproveitou parte do seu tempo para prestar esclarecimentos sobre a homenagem que recebeu no V Congresso de Jornalistas e Radialistas do Maranhão, no último final de semana, no Rio Poty Hotel. Ele disse que foi surpreendido com o convite e se sentiu muito honrado por ter sido eleito “Amigo da Imprensa”. Considerou justa a homenagem, porque sempre lutou pela liberdade de imprensa. Por fim, o Deputado registrou a passagem do aniversário da Cidade de Cururupu, que aconteceu com a inauguração de várias obras realizadas apesar das dificuldades enfrentadas pelo atual prefeito. Pelo Bloco Parlamentar Progressista – BPP falou o Deputado Edivaldo Holanda informou que vai impetrar mandado de segurança na Justiça, com pedido de liminar, solicitando que o governo do Estado seja obrigado a comunicar e encaminhar à Assembléia Legislativa cópias de pelo menos 102 convênios firmados que, segundo o parlamentar, não ganharam a publicidade devida, conforme determina a Lei 8.666/93. O Líder da Oposição argumentou que o Governo Roseana Sarney, ao não comunicar a celebração dos referidos convênios aos Poderes Legislativo Estadual no prazo máximo de dez dias, e em especial, ao não tornar público o ato no Portal da Transparência desrespeitou todos os Deputados Estaduais e o povo maranhense, abrindo precedente para que se avalie a atitude como uma forma de prejudicar gestores municipais que não fazem parte do grupo Sarney. O Líder da Oposição insistiu nas críticas ao governo das contradições: que criou o Portal da Transparência, como mecanismo de controle dos gastos governamentais e de dar publicidade sobre os gastos governamentais, omite informações importantíssimas, como é o caso da celebração destes convênios. Pela Liderança do Governo, o Deputado Francisco Gomes assomou a tribuna para cobrar da celeridade das Comissões Técnicas da Casa, referente ao Projeto do Portal da Transparência, do Poder Executivo, que até o momento não recebeu parecer. Ele explicou que o projeto visa dar transparência aos atos administrativos e pediu que o mesmo fosse colocado em votação. Lembrou que a matéria tramita há cerca de um mês, na Comissão de Constituição e Justiça, que até o momento não se manifestou e o projeto continua engavetado. O Líder do Governo fez essa cobrança, respondendo às colocações do Líder da Oposição, que acusou o governo de omitir informações sobre convênios. Ele lembrou que sempre defendeu clareza nos atos do Executivo. Nesse sentido, citou as tantas vezes que o Governo Jackson Lago, se negou a prestar esclarecimentos a esta Casa, quando a própria Mesa Diretora indeferia os requerimentos, desrespeitando os deputados. Entretanto, no Governo Roseana a situação é outra, a Governadora mandou projeto que cria o Portal da Transparência, cuja ferramenta já se encontra em disponível na internet em fase experimental, mesmo que o projeto ainda não tenha sido votado por esta Casa. Segundo este Parlamentar, isso vem comprovar que a Governadora não tem interesse em encobrir nada, ao contrário, o Governo Roseana Sarney pretende é mostrar as realizações do seu governo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, em exercício, Deputado Rigo Teles encerrou a Sessão determinando que fosse lavrada a presente ata, que lida e considerada aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manoel Bequimão em São Luís, 05 de outubro de 2009. Deputado Marcos Caldas - Presidente, em exercício. Deputado Victor Mendes - 1º Secretário, em exercício. Deputado Rubens Pereira Júnior - 2º Secretário, em exercício.

COMISSÃO ESPECIAL
Resolução Administrativa nº 1916/2009

Nos termos do art. 49, inciso X do Regimento Interno, designo o Senhor Deputado Carlos Alberto Milhomem, para elaborar o voto



vencedor, (Medida Provisória nº 056/2009), considerando que o voto do relator originário da matéria restou vencido.

Sala das Comissões Deputado “Léo Franklin” da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, em 19 de outubro de 2009.

Deputado EDIVALDO HOLANDA
Presidente da Comissão

RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, REALIZADA AOS 14 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2009, ÀS 9 HORAS E 40 MINUTOS, NO PLENÁRIO DEPUTADO “GERVÁSIO SANTOS” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

RUBENS PEREIRA JÚNIOR – PRESIDENTE
CARLOS ALBERTO MILHOMEM
EDIVALDO HOLANDA
PAVÃO FILHO

PAUTADA REUNIÃO

PARECER Nº 232/2009 – Emitido ao VETO PARCIAL apostado ao PROJETO DE LEI Nº 244/2008 – que INSTITUI o Dia Estadual da Leitura e a Semana Estadual da Literatura, de iniciativa do Senhor Deputado AFONSO MANOEL.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR: Deputado JOAQUIM NAGIB HAICKEL

DECISÃO: Pela MANUTENÇÃO do Veto Parcial, nos termos do voto do Relator, contra o voto do Senhor Deputado Edivaldo Holanda.

PARECER Nº 241/2009 – Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 183/2009 – que DISPÕE sobre a Política Estadual de Incentivo à Gestão Ambiental Municipal.

AUTORIA : Deputado VICTOR MENDES

RELATOR: Deputado JOAQUIM NAGIB HAICKEL

DECISÃO: Aprovado por unanimidade, nos termos do voto do Relator

PARECER Nº 245/2009 – Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 161/2009 – que DISPÕE sobre a Política Estadual de Reciclagem de Materiais.

AUTORIA: Deputado JURA FILHO

RELATOR: Deputado JOAQUIM NAGIB HAICKEL

DECISÃO: Feitas as alterações sugeridas, foi aprovado por unanimidade, nos termos do voto do Relator

PARECER Nº 247/2009 – Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 189/2009 – que CONSIDERA de Utilidade Pública a Associação dos Amigos e Devotos de São Sebastião, com sede e foro no Município de Caxias-Ma.

AUTORIA: Deputado ARNALDO MELO

RELATOR: Deputado PAVÃO FILHO

DECISÃO: Aprovado por unanimidade, nos termos do voto do Relator

PARECER Nº 249/2009 – Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 179/2009 – que DECLARA a capoeira como patrimônio imaterial do Estado do Maranhão.

AUTORIA: Deputado PAVÃO FILHO

RELATOR: Deputado EDIVALDO HOLANDA

DECISÃO: Aprovado por unanimidade, nos termos do voto do Relator

PARECER Nº 250/2009 – Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 178/2009, – DISPÕE sobre incentivos fiscais para apoio a realização

de projetos desportivos no âmbito do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

AUTORIA: Deputado JOSÉ LIMA

RELATOR: Deputado JOAQUIM NAGIB HAICKEL

DECISÃO: Rejeitado por unanimidade, nos termos do voto do Relator

PARECER Nº 251/2009 – Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 182/2009 – que DENOMINA “Centro de Ensino Inácio Rocha”, a escola de ensino médio de São João do Sóter.

AUTORIA: Deputado VICTOR MENDES

RELATOR: Deputado JOAQUIM NAGIB HAICKEL

DECISÃO: Aprovado por unanimidade, nos termos do voto do Relator

DISTRIBUIÇÃO DE PROPOSIÇÕES:

PROJETO DE LEI Nº 190/2009 – OBRIGA às unidades de saúde públicas e privadas do Estado do Maranhão – clínicas, hospitais, unidades mistas etc... – que trabalhem com atendimento de urgência e/ou emergência, a informar sobre a importância do DPVAT (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre).

AUTORIA: Deputada GARDÊNIA CASTELO

RELATOR: Deputado CARLOS A. MILHOMEM

PROJETO DE LEI Nº 191/2009 – DISPÕE sobre a instituição do diploma “Parceiros na Educação” em reconhecimento às iniciativas empresariais em prol da educação nas escolas públicas mantidas pelo Estado do Maranhão.

AUTORIA: Deputada GARDÊNIA CASTELO

RELATOR: Deputado JOAQUIM NAGIB HAICKEL

PROJETO DE LEI Nº 192/2009 – INSTITUI a Política Estadual de Combate e Prevenção à desertificação e dá outras providências.

AUTORIA: Deputado ALBERTO FRANCO

RELATOR: Deputado CARLOS A. MILHOMEM

PROJETO DE LEI Nº 193/2009 – DISPÕE a colocação da Bandeira do Estado do Maranhão na placa de veículos licenciados através do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão, na forma que especifica.

AUTORIA: Deputado RIGO TELES

RELATOR: Deputado PAVÃO FILHO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/2009 – CONCEDE o Título de Cidadão Maranhense a VICTOR ASSELIN, natural do Canadá, radicado no Maranhão.

AUTORIA: Deputado VALDINAR BARROS

RELATOR: Deputado PAVÃO FILHO

VETO PARCIAL apostado ao PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 002/2009, (MENS. GOV. Nº 076/2009) - que DISPÕE sobre a extinção do subsídio pago aos Servidores do Grupo Ocupacional Atividades de Apoio Administrativo e Operacional – ADO, recomposição dos subsídios dos Servidores do Grupo Auditoria Geral, dos Defensores Públicos, dos membros da Polícia Militar do Maranhão e do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, dos vencimentos dos Grupos Ocupacionais Atividades do Meio Ambiente e Recursos Naturais, Atividades Metrológicas e de Atividades Artísticas e Culturais e institui o Adicional de Qualificação – AQ para os servidores do Grupo Atividades de Nível Superior e dá outras providências, de iniciativa do PODER LEGISLATIVO.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR: Deputado PAVÃO FILHO

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 14 de Outubro de 2009.

GLACIMAR FERNANDES SAMPAIO
Secretária da CCJ



COMISSÃO ESPECIAL
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1916/2009
PARECER Nº 001/2009

RELATÓRIO:

Nos termos do art. 42, § 1º, da Constituição Estadual, a Excelentíssima Governadora do Estado submete à apreciação da Assembleia Legislativa do Maranhão a Medida Provisória nº 056/2009, que dispõe sobre a recomposição dos subsídios dos cargos de Comissários de Polícia, Investigador de Polícia, Escrivão de Polícia, Perito Criminalístico Auxiliar, Agente Penitenciário e dá outras providências.

Conforme o art. 2º da Resolução Legislativa nº 450/2004, foi criada a Comissão Especial para emitir parecer sobre a presente Medida Provisória.

É o sucinto relatório.

Com efeito, cabe agora ser analisado o aspecto constitucional, inclusive o atendimento dos pressupostos de relevância e urgência, adequação orçamentária e financeira, e por último o mérito, consoante estabelece o art. 5º da Resolução Legislativa nº 450/2004.

Da Constitucionalidade e legalidade

Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, os Estados-Membros podem estabelecer em suas Constituições, a possibilidade de Edição pelo Chefe do Poder Executivo de Medidas Provisórias desde que sejam observados os princípios e vedações estabelecidos na Magna Carta Federal, *in verbis*:

“Adotou-se a orientação fixada pela Corte no julgamento da ADI 425/TO (DJU de 19/2/2003), **no sentido da constitucionalidade da adoção de medida provisória pelos Estados-Membros, desde que esse instrumento esteja expressamente previsto na Constituição estadual e que sejam observados os princípios e as limitações estabelecidos pela Constituição Federal.** Asseverou-se, ainda, que a Constituição Federal, apesar de não ter expressamente autorizado os Estados-Membros a adotarem medidas provisórias, bem indicou essa possibilidade ao prever, no § 2º do seu art. 25, a competência de referidos entes federativos para explorar diretamente, ou por concessão, os serviços locais de gás canalizado, porquanto vedou, nesse dispositivo, a edição de medida provisória para sua regulamentação. Ou seja: seria incoerente dirigir essa restrição ao Presidente da República em dispositivo que trata somente de atividade exclusiva de outros partícipes da Federação que não a União, ou ainda, impor uma proibição específica quanto à utilização pelos Estados-Membros de instrumento legislativo cuja instituição lhes fosse vedada. (ADI 2.391, Rel. Min. Ellen Gracie, Informativo 436). No mesmo sentido: ADI 425, DJ 19/12/03. O grifo é nosso

Com efeito, as vedações estabelecidas na Constituição Federal devem ser observadas de forma obrigatória quando da edição de Medidas Provisórias pelos Estados-Membros, tais limitações estão contidas no § 1º, art. 62 da CF, vejamos:

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: (EC nº 32/01)

I - relativa a: (EC nº 32/01)

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; (EC nº 32/01)

b) direito penal, processual penal e processual civil; (EC nº 32/01)

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros; (EC nº 32/01)

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º; (EC nº 32/01)

II - que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro; (EC nº 32/01)

III - reservada a lei complementar; (EC nº 32/01)

IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República. (EC nº 32/01)

De acordo com o art. 43 da Constituição Estadual em observância compulsória da Magna Carta Federal, compete privativamente ao Governador do Estado projetos que disponham sobre servidores públicos:

“Art. 43 São de iniciativa privativa do Governador do Estado às leis que disponham sobre:

I - fixação e alteração dos efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares;

II - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

III - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária;

IV - servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

V - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado ou órgãos equivalentes e outros órgãos da administração pública estadual. (modificada pela Emenda Constitucional 023/98).”

Nota-se que a matéria tratada na presente Medida Provisória enquadra-se dentre aquelas que são privativas do Chefe do Poder Executivo, assim como, não está incluída dentre as vedações estabelecidas no art. 62, § 1º, da CF.

Também, é oportuno estabelecer que a referida matéria não está incluída dentre aquelas privativas ou exclusivas na União, podendo assim o Estado-Membro legislar plenamente sobre elas. Neste contexto, não se vislumbra nenhuma inconstitucionalidade formal ou material do assunto tratado pela referida Medida Provisória.

Da Relevância e Urgência

O Supremo Tribunal Federal esposou entendimento no sentido de que os pressupostos da relevância e urgência são conceitos jurídicos relativamente indeterminados e fluidos, relacionados com o atributo da discricionariedade do Chefe do Poder Executivo.

A título de ilustração, vale aqui salientar a decisão proferida na ADI 2150 / DF, tendo como relator Ministro Ilmar Galvão:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 11 E 18 DA MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.925-5, SUCESSIVAMENTE REEDITADA ATÉ O ADVENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 31/2001. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 5.º, CAPUT; 37, CAPUT, E 62, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Os dispositivos em referência, ao atribuírem aos órgãos de trânsito o registro de ônus reais sobre veículos automotivos de qualquer espécie, não ofendem as normas constitucionais indicadas. Os requisitos de relevância e urgência para edição de medida provisória são de apreciação discricionária do Chefe do Poder Executivo, não cabendo, salvo os casos de excesso de poder, seu exame pelo Poder Judiciário. Entendimento assentado na jurisprudência do STF. Ação julgada improcedente.”



A Discricionariedade é nada mais que a conveniência e a oportunidade da edição da Medida Provisória, dentro dos limites legais.

O Conteúdo da Medida Provisória nº 056/2009 demonstra, por si só, a natureza relevante da matéria legislada, bem como a urgência na adoção imediata da providência contida na proposição.

Dessa forma, tendo em conta as razões anteriormente expostas, pode-se asseverar que foram atendidos os pressupostos constitucionais da relevância e da urgência, no tocante à edição da Medida Provisória em comento.

Da Adequação Orçamentária.

Sob o prisma da adequação orçamentária e financeira, o impacto financeiro pode ser suportado pelo Estado, de modo que os limites constitucionais e legais (LRF) não serão atingidos, o que demonstra a boa gestão dos recursos do Orçamento Estadual. Outrossim, a mensagem informa que os gastos serão suportados pela própria previsão orçamentária do Estado.

Da Emenda Apresentada.

Quanto à emenda apresentada, deve-se ressaltar o que o STF vem falando sobre a questão. O Tribunal estabeleceu uma importante distinção: o “poder de iniciativa” não se confunde com o “poder de emenda”, inerente à atividade legislativa, e tampouco com o “poder de veto”, próprio do Poder Executivo. Veja-se o que restou consignado quando do julgamento do Recurso em Mandado de Segurança nº 9.315/RJ, ainda sob ordem constitucional anterior:

A ATRIBUIÇÃO, CONFERIDA AOS TRIBUNAIS, DE PROPONEREM AO LEGISLATIVO A CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS EM SEUS SERVIÇOS E A FIXAÇÃO DOS RESPECTIVOS VENCIMENTOS (NA FORMA DO ART. 97, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM OBSERVANCIA FORCOSA PELOS ESTADOS, EX VI DO ART. 124, CB, COM O ART. 7., VII, B) IMPORTA EM ‘PODER DE INICIATIVA’ QUE NÃO EXCLUI NEM O ‘PODER DE EMENDA’ INERENTE AS FUNÇÕES DA LEGISLATURA, NEM O ‘PODER DE VETO’, ESSENCIAL A DINAMICA DO REGIME PRESIDENCIAL.

(RMS 9.315/RJ, Rel. Min. Prado Kelly, julgado em 21.03.1966, DJ 08.06.1966)

Vê-se, de tal modo, que a só reserva da iniciativa legislativa a um Poder não afasta o projeto de lei de seus trâmites regulares. Está, portanto, sujeito a emendas parlamentares nas Casas Legislativas por que tramitar e, bem ainda, à sanção ou veto a cargo do Chefe do Executivo. Reconhece-se, pois, plena legitimidade ao Parlamento para emendar projetos de lei de iniciativa reservada quer ao Executivo, quer ao Judiciário.

Deve-se observar, contudo, que o chamado “poder de emenda” não é ilimitado. Tanto é assim que a própria Constituição impõe-lhe alguns condicionamentos, de modo a temperar o sistema. O Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.050, sublinhou muito bem os limites da atividade parlamentar em projetos desta natureza (grifou-se):

O poder de emendar projetos de lei – que se reveste de natureza eminentemente constitucional – qualifica-se como prerrogativa de ordem político-jurídica inerente ao exercício da atividade legislativa. Essa prerrogativa institucional, precisamente por não traduzir corolário do poder de iniciar o processo de formação das leis (RTJ 36/382, 385 - RTJ 37/113 - RDA 102/261), pode ser legitimamente exercida pelos membros do Legislativo, ainda que se cuide de proposições constitucionamente sujeitas à cláusula de reserva de iniciativa (ADI 865/MA, Rel. Min. CELSO

DE MELLO), desde que - respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição da República - as emendas parlamentares (a) **não importem em aumento da despesa prevista no projeto de lei.** (b) **guardem afinidade lógica (relação de pertinência) com a proposição original** e (c) **tratando-se de projetos orçamentários (CF, art. 165, I, II e III), observem as restrições fixadas no art. 166, §§ 3º e 4º da Carta Política.**

(ADI nº 1.050 MC/SC, Rel. Min. Celso de Mello, j. 21.09.1994, Tribunal Pleno, DJ 23.04.2004, p. 006)

Portanto, na esteira do entendimento esposado pela Excelsa Corte, as emendas parlamentares podem ocorrer, mas devem necessariamente obedecer a três requisitos: 1) não podem importar aumento da despesa prevista na proposta original; 2) deve versar sobre a mesma matéria tratada no projeto; e 3) cuidando-se de projeto de lei orçamentária (PPA, LDO ou LOA), observar as restrições dos §§ 3º e 4º do art. 166 da CF.

No presente caso, a Emenda nº. 01 versa sobre a mesma matéria do *caput*, e propõe alteração dos anexos I e II, implica tão-somente em um ajuste na deformação hoje existente das carreiras dos servidores dos grupos APC e AP. Assim deve ser aprovada, por também implicar em medida de justiça - EMENDA APROVADA.

Do Mérito

Sabe-se que, a análise do mérito é a verificação da conveniência e oportunidade da matéria contida na referida Medida Provisória.

No que concerne ao mérito, deve ser ponderado que as providências estabelecidas no texto da Medida Provisória nº 56/2009, são orientadas pela busca do aperfeiçoamento da máquina estatal, contribuindo, por conseqüência, para concretização do princípio da eficiência da Administração Pública, previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, proporcionando os meios necessários para o alcance das finalidades do Poder Público Estadual.

VOTO DO RELATOR:

Pelo exposto, **concluo pela admissibilidade da Medida Provisória nº. 056/2009**, considerando atendidos os pressupostos de relevância e urgência, bem como satisfeita a adequação financeira e orçamentária da proposição. Além disso, deve ser consignado que a matéria tratada no corpo da Medida Provisória em análise não encontra vedação constitucional. De outro modo, a emenda nº 01 deve ser acolhida. Assim sendo, votamos pela aprovação da presente Medida Provisória na forma do seguinte Projeto de Lei de Conversão, que incorpora as alterações dos anexos I e II, constantes da emenda acima acolhida.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão Especial, criada através da Resolução Administrativa nº 1916, de 14 de outubro de 2009, por maioria, votam pela aprovação da Medida Provisória nº 056, de 06 de outubro de 2009, na forma do texto original, contra o voto do relator.

É o parecer.

SALADAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM” em 19 de outubro de 2009.

Deputado Eivaldo Holanda - Presidente
Deputado Rubens Pereira Júnior - Relator
Deputado Carlos Alberto Milhomem - Contra o Voto do Relator

Deputado Francisco Gomes - Contra o Voto do Relator
Deputado Fábio Braga - Contra o Voto do Relator

**(MEDIDA PROVISÓRIA Nº 056,
DE 06 DE OUTUBRO DE 2009.)
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 003/2009**



Dispõe sobre a recomposição dos subsídios dos Cargos de Comissário de Polícia, Investigador de Polícia, Escrivão de Polícia, Perito Criminalístico Auxiliar, Agente Penitenciário, e dá outras providências.

Art. 1º Os subsídios dos servidores ocupantes dos cargos de Comissário de Polícia, Investigador de Polícia, Escrivão de Polícia, Perito Criminalístico Auxiliar, Agente Penitenciário, Inspetor Penitenciário e Analista Penitenciário, pertencentes aos Grupos Ocupacionais Atividades Polícia Civil – APC e Atividades Penitenciárias – AP, são os fixados nos Anexos I e II, desta Lei.

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação com efeitos financeiros a considerar de 1º de agosto de 2009.

ANEXO I
TABELA DE SUBSÍDIO DO SERVIDOR DO GRUPO APC

ESPECIFICAÇÃO	CLASSE	VALOR DO SUBSÍDIO - R\$				
		N Í V E I S				
		I	II	III	IV	V
COMISSÁRIO DE POLÍCIA	3ª	2.286,77	2.309,64	2.332,74	2.356,07	2.379,63
	2ª	2.474,81	2.499,56	2.524,56	2.549,80	2.575,29
	1ª	2.678,31	2.705,09	2.732,14	2.759,47	2.787,06
	ESPECIAL	2.898,54	2.927,52	2.956,80	2.986,37	3.016,24
INVESTIGADOR DE POLÍCIA ESCRIVÃO DE POLÍCIA PERITO CRIMINALÍSTICO AUXILIAR	3ª	2.235,70	2.258,05	2.280,63	2.303,45	2.326,48
	2ª	2.419,54	2.443,74	2.468,17	2.492,85	2.517,78
	1ª	2.618,49	2.644,68	2.671,12	2.697,83	2.724,81
	ESPECIAL	2.833,81	2.862,15	2.890,76	2.919,67	2.948,87

ANEXO II
TABELA DE SUBSÍDIO DO SERVIDOR DO GRUPO - AP

ESPECIFICAÇÃO	CLASSE	VALOR DO SUBSÍDIO - R\$				
		N Í V E I S				
		I	II	III	IV	V
AGENTE PENITENCIÁRIO	3ª	1.975,63	1.995,39	2.015,34	2.035,49	2.055,85
	2ª	2.138,08	2.159,47	2.181,06	2.202,87	2.224,90
	1ª	2.313,89	2.337,03	2.360,40	2.384,01	2.407,85
	ESPECIAL	2.504,16	2.529,20	2.554,50	2.580,05	2.605,85
INSPETOR PENITENCIÁRIO	3ª	2.005,33	2.025,38	2.045,64	2.066,09	2.086,76
	2ª	2.170,23	2.191,92	2.213,85	2.235,89	2.258,35
	1ª	2.348,69	2.372,17	2.395,89	2.419,84	2.444,05
	ESPECIAL	2.541,81	2.567,22	2.592,90	2.618,83	2.645,02
ANALISTA PENITENCIÁRIO	3ª	4.040,87	4.081,28	4.122,09	4.163,31	4.204,95
	2ª	4.373,14	4.416,87	4.461,04	4.505,06	4.550,71
	1ª	4.732,73	4.780,07	4.827,87	4.876,14	4.924,90
	ESPECIAL	5.121,91	5.173,11	5.224,85	5.277,09	5.329,88

COMUNICADO

São Luis - MA, 15 de outubro de 2009.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Marcelo Tavares
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão
Local
Assunto: Comunicado de desligamento de partido

Senhor Presidente,

Na forma regimental, venho por meio deste expediente comunicar que procedi a minha desfiliação do Partido Socialista Brasileiro – PSB e me filiei ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Afonso Manoel
Deputado Estadual

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO – Nº. 032/2009

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO MARANHÃO, por meio de sua COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº. 032/2009, que tem como objeto a aquisição de **MATERIAL DE LIMPEZA** para atender as necessidades desta Casa Legislativa. O recebimento e abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta” será no dia 05 de novembro de 2009 às 09:30 horas, na sala de licitações da CPL na sede da ALEMA, Palácio Manoel Bequimão, Av. Jerônimo de Albuquerque s/n, Sítio Rangedor – Calhau, nesta Capital. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na sala da Comissão de Permanente de Licitação de segunda-feira a sexta-feira das 08:00 às 18:00h, onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos mediante a apresentação de algum dispositivo de armazenamento de dados ou ainda, no site da ALEMA www.al.ma.gov.br, na opção “Licitações” (obs: Colocar o CPF ou CNPJ sem ponto e sem barra). Esclarecimentos adicionais poderão ser enviados para o e-mail da CPL (cpl@al.ma.gov.br) ou protocolados na Sala da Comissão de Licitação, outras informações poderão ser feitas pelos telefones (98) 3131-4337 e 3131 4389. São Luís – Ma, 19 de outubro de 2009. Maria dos Remédios dos Santos Marques – Pregoeira.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – Nº. 033/2009

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO MARANHÃO, por meio de sua COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2009, que tem como objeto para aquisição de **EQUIPAMENTOS ATIVOS DE REDE** para atendimento do aumento da demanda de acesso da rede corporativa da ALEMA (incluindo a montagem, instalação e configuração dos equipamentos, assistência técnica, além da garantia de funcionamento) para Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão. O recebimento e abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta” será no dia 06. de novembro de 2009 às 09:30 horas, na sala de licitações da CPL na sede da ALEMA, Palácio Manoel Bequimão, Av. Jerônimo de Albuquerque s/n, Sítio Rangedor – Calhau, nesta Capital. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na sala da Comissão de Permanente de Licitação de segunda-feira a sexta-feira das 08:00 às 18:00h, onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos mediante a apresentação de algum dispositivo de armazenamento de dados ou ainda, no site da ALEMA www.al.ma.gov.br, na opção “Licitações” (obs: Colocar o CPF ou CNPJ sem ponto e sem barra). Esclarecimentos adicionais poderão ser enviados para o e-mail da CPL (cpl@al.ma.gov.br) ou protocolados na Sala da Comissão de Licitação, outras informações poderão ser feitas pelos telefones (98) 3131-4337 e 3131 4389. São Luís – Ma, 19 de novembro de 2009. Maria dos Remédios dos Santos Marques – Pregoeira.



SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI Nº

203/09

Altera a redação do Código de Divisão e Organização Judiciários do Estado do Maranhão (Lei Complementar nº 14/1991) e da outras providencias.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º - Os arts. 17, 22 e 77, 2º da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 17 - O Tribunal de Justiça, com sede na Cidade de São Luis, e jurisdição em todo o Estado, é o Órgão Supremo do Poder Judiciário Estadual, compor-se-á de 27 (vinte e sete) Desembargadores, dentre os quais serão escolhidos o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça, e tem as competências e atribuições presentes na Constituição do Estado, neste Código e no Regimento Interno.**

***Art. 22 - O Plenário funcionará com a presença, pelo menos, de 14 (quatorze) Desembargadores, incluindo o Presidente. Os julgamentos serão tomados por maioria de votos.**

***Art. 77 (...)**

2º. Os subsídios dos Juizes de Direito serão fixados com a diferença de 5% (cinco por cento) de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada 95% (noventa e cinco por cento) dos subsídios dos Desembargadores.

Art. 2º - Ficam criados no Tribunal de Justiça 03 (três) cargos de Desembargador.

Art. 3º - Ficam criados no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça os seguintes cargos em comissão:

- a) 03 (três) cargos de Assessor Chefe de Desembargador – CDGA
- b) 06 (seis) cargos de Assessor de Desembargador – CDGA
- c) 06 (seis) cargos de Assessor Jurídico – CDGA
- d) 03 (três) cargos de Assessor Técnico – CDGA
- e) 03 (três) cargos de Chefe de Gabinete – CDAS-2
- f) 06 (seis) cargos de Oficial de Gabinete – CDAS-2
- g) 03 (três) cargos de Suboficial de Gabinete – CDAS-3
- h) 03 (três) cargos de Secretário Executivo – CDAS-4

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



**ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA**

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Sítio Rangedor - Cohafuma
Fone (98) 31314306 CEP.: 65071-750 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: diario@al.ma.gov.br

MARCELO TAVARES
Presidente

JOSÉ DE JESUS AZZOLINI
Diretor Geral

BRAÚLIO MARTINS
Secretário Geral da Mesa

JORGE DA SILVA VIEIRA
Diretor de Comunicação

CRISTIANO CACIQUE NEW YORK
Seção de Diário Legislativo

RAIMUNDO JOÃO RIBEIRO
Seção de Suporte de Plenário